



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS  
CAMPUS ANTÔNIO MARIZ – CAMPUS VII  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**RILANE TÔRRES DE MEDEIROS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE  
A INFLUÊNCIA DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR EM UM MUNICÍPIO DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO**

**PATOS, 2013**

**RILANE TÔRRES DE MEDEIROS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE  
A INFLUÊNCIA DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR EM UM MUNICÍPIO DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientadora: Msc. Monique Fonseca Cardoso

**PATOS, 2013**

UEPB - SIB - Setorial - Campus VII

M488p Medeiros, Rilane Tôres de.  
Políticas públicas para agricultura familiar: um estudo sobre a influência do PRONAF no desenvolvimento da agricultura familiar em um município do médio sertão paraibano [manuscrito] / Rilane Tôres de Medeiros. – 2013.  
78 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, 2013.

“Orientação: Prof<sup>a</sup>. Msc. Monique Fonseca Cardoso”.

1. Políticas públicas. 2. Agricultura Familiar. 3. PRONAF. 4. Política agrícola. 5. Administração pública. I. Título.

21. ed. CDD: 352.34

**RILANE TÔRRES DE MEDEIROS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE  
A INFLUÊNCIA DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR EM UM MUNICÍPIO DO MÉDIO SERTÃO PARAIBANO**

Monografia apresentada à Universidade  
Estadual da Paraíba como um dos pré-  
requisitos para obtenção do grau de bacharel  
em Administração.

Aprovada em 04/09/2013  
Banca Examinadora

*Monique Fonseca Cardoso*

---

Msc. Monique Fonseca Cardoso  
Orientadora – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

*Ayalla Cândido Freire*

---

Msc. Ayalla Cândido Freire  
Avaliador 1 – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

*Eunice Ferreira*

---

Msc. Eunice Ferreira  
Avaliador 2 – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Aos meus pais Francisco e Raimunda

## AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível graças:

A Deus, minha fortaleza, que me permitiu chegar até aqui, me animou nos momentos em que pensei fracassar. E me capacitou para que a realização desse trabalho fosse possível.

Aos meus pais Francisco e Raimunda, que são minha base, meu sustentáculo e minha inspiração para continuar lutando por dias melhores.

Aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos e cunhada, por serem tão presentes na minha vida, e me fazer compreender que família é maior e melhor bem que podemos possuir.

Aos meus amigos, que me fizeram forte diante das dificuldades, sendo primordiais para que eu tivesse ânimo de seguir em frente, mesmo alguns estando ausente fisicamente.

À minha orientadora Monique Fonseca, pela paciência, atenção e dedicação ao me orientar, que me impulsionou a buscar alternativas para realização deste trabalho.

À Universidade Estadual da Paraíba, que me deu oportunidade de desenvolver os meus estudos, proporcionando minha formação acadêmica.

Àqueles que contribuíram direta e indiretamente nesta pesquisa, principalmente os entrevistados, e a todas as pessoas que estão envolvidas de alguma forma nas áreas de pesquisa deste trabalho.

A todos que passaram pela turma 2009.1, que não são apenas colegas, mas amigos para a vida toda. Em especial à minha amada equipe que foram tão importantes na vida acadêmica e continua sendo no curso da vida: Anna Perla, Janete, Kelliany, Leiliana e Mikaely.

Às pessoas do setor público do município no qual trabalho como servidora pública, agradeço à pessoa do administrador público local e a diretora da Escola Francisco Pergentino, pela compreensão e apoio nos momentos em que necessitei de me ausentar das minhas atividades para compor este trabalho.

Façamo-nos como verdadeiros agricultores, preparemos o nosso solo (coração), regando e plantando os valores que serão oferecidos à sociedade.

Autoria Própria

## RESUMO

A pesquisa pretendeu compreender a influência de uma política pública, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no desenvolvimento da Agricultura Familiar em um município localizado no médio sertão paraibano. Para tanto, foram realizadas entrevistas com alguns atores locais, análise de leis e decretos que correspondem a esse Programa do governo, entre outros documentos, a fim de obter informações sobre a realidade da atuação do Programa no município. E para essa compreensão alguns objetivos específicos foram elaborados tais como: relacionar as políticas públicas que estão voltadas para a agricultura familiar no município em estudo; identificar os atores envolvidos na agricultura familiar do município estudado; descrever o processo de funcionamento dessa política pública no município analisado; identificar os fatores relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar do município em estudo; e analisar a relevância da atuação do PRONAF, no desenvolvimento da agricultura familiar do município. Para fundamentação do trabalho, realizou-se pesquisa bibliográfica com a leitura de vários autores que abordam o tema, em livros, revistas eletrônicas, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos. Quanto à metodologia utilizada, o tipo de pesquisa caracterizou-se como qualitativa descritiva, optando por um estudo de caso, e os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e análise documental. Conclui-se a partir da análise em torno desses objetivos específicos, que embora exista a atuação do PRONAF na localidade estudada, e que tenha melhorado alguns aspectos nas unidades familiares, a política ainda funciona precariamente, pois a concessão de crédito deve estar aliada a ações que viabilizem a capacidade de emprego desse crédito pelos agricultores, tanto com relação a condições de aperfeiçoamento e capacitação desses produtores, como também no sentido de diminuir os efeitos das condições ambientais às quais estão subordinadas. E isso não é obtido a partir da implementação que se faz da política no caso presente. Assim, identificou-se uma mínima influência do PRONAF sobre o desenvolvimento efetivo da agricultura familiar no município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Agricultura Familiar; PRONAF



## **ABSTRACT**

That research intended to understand the influence of PRONAF (National Program for the Strengthening of Family Farming), a public policy, in the development of Family Farming in a municipality located in the middle of the state of Paraíba. Interviews were conducted with local subjects, laws and decrees related to that Program were analyzed, among other documents, to get information about PRONAF's operations at the municipality. In order to understand this, some objectives have been created: relate public policies focusing on Family Farming in the studied municipality; identify subjects involved in Family Farming in that municipality; describe how that public policy works; identify family farming development factors; and analyze the relevance of PRONAF program on family farming development in that studied municipality. To build this document, a lot of bibliographic research, on digital magazines, master's dissertations and doctorate thesis and scientific papers were carried out. The methodology used was based on qualitative descriptive research methods and a case study was used. Semi structured interview and documentary analysis were used to collect data. Although PRONAF improved some aspects of family units, its policy is still somewhat precarious because the credit delivery is bound to actions that make possible the farmers to use this credit. Thus, was identified a minimal PRONAF's influence over the family farming development on the town being studied.

**KEYWORDS:** Public Policy; Family Farming; PRONAF

## LISTA

### LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Principais fatores ligados ao desenvolvimento da Agricultura Familiar.....	32
<b>Quadro 2:</b> Entrevistados e suas respectivas categorias.....	36

### LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Agentes participantes do PRONAF de acordo com o decreto nº 1.946/96.....	24
<b>Figura 2:</b> Processo de concessão do PRONAF.....	27

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

AF - Agricultura Familiar

BNB - Banco do Nordeste do Brasil S/A

CMN - Conselho Monetário Nacional

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAMUP - Federação dos Municípios do Estado da Paraíba

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEC - Instituto Nordeste Cidadania

MCR - Manual de Crédito Rural

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB - Produto Interno Bruto

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNDRS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SIBRATER - Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural

SMAP - Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA .....	12
1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO .....	15
1.3 OBJETIVOS .....	16
1.3.1 Objetivo Geral.....	16
1.3.2 Objetivos Específicos .....	16
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
2.1 GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	17
2.1.1 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.....	21
2.1.2 O Programa Nacional para Agricultura Familiar.....	23
2.1.3 Avaliação na política pública PRONAF .....	29
2.1.4 Fatores que influenciam o desenvolvimento da Agricultura Familiar.....	30
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	34
3.2 CAMPO DE OBSERVAÇÃO .....	35
3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	35
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS .....	37
3.5 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO EM ESTUDO .....	37
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>39</b>
4.1 O SISTEMA DE APOIO E POLÍTICAS PARA AF EXISTENTES NO MUNICÍPIO ...	39
4.2 ATUAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO .....	44
4.3 O PRONAF E O DESENVOLVIMENTO DA AF NO MUNICÍPIO .....	46
4.4 SÍNTESE DOS OBJETIVOS DA PESQUISA .....	55
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

<b>APÊNDICE .....</b>	<b>65</b>
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS .....	66
APÊNDICE B – CATEGORIZAÇÃO DAS FALAS DOS ENTREVISTADOS .....	70

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como principal finalidade compreender a influência de uma política pública, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no desenvolvimento da agricultura familiar em um município localizado na mesorregião do sertão paraibano.

A seguir, serão apresentadas a contextualização do tema, o problema que foi levantado, a justificativa do estudo, os objetivos que se pretende alcançar para solucionar a problemática, assim como o referencial teórico adotado como fonte da pesquisa.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA

Percebe-se atualmente a forte influência do capitalismo em sua fase de acumulação flexível e da globalização na sociedade como um todo. O desenvolvimento do sistema capitalista e da ciência moderna potencializaram a introdução de tecnologias e uso de máquinas no processo produtivo. Pode-se dizer que com essa modernização, a industrialização começou a interferir diretamente na agricultura, e passou a dirigir as formas e as mudanças em sua base tecnológica e de produção (LIMA, 2001). Da mesma forma, a globalização proporcionou mudanças que vem induzindo a reestruturação nos setores econômicos, interferindo nos grupos sociais, urbanos e rurais (PERUFO, 2011).

No Brasil, a busca da modernização tecnológica objetivou alcançar o desenvolvimento necessário para que o país pudesse se inserir no mercado mundial. E para isso, seria preciso racionalizar a produção e as técnicas de trabalho, acelerando a produtividade e ampliando as condições de produção. Essas mudanças afetaram o meio rural, pois as empresas e conglomerados passaram a interferir cada vez mais no processo produtivo agrário, com as atividades agroindustriais (FRANCA, 2013).

A agropecuária brasileira, em meados dos anos 1960, ganhou o importante apoio das universidades, órgãos de pesquisa e de extensão na aplicação dos pacotes tecnológicos utilizados no manejo dos insumos, das máquinas e equipamentos usados na agricultura para o aumento da produtividade do setor (LISITA, 2005).

Sobre essas transformações, Gehlen (2001) destaca que a lógica da produtividade, ou seja, a relação ideal entre o trabalho, a tecnologia e a produção, medidos em função do tempo, trouxe fortes efeitos na sociedade em geral. O uso de técnicas nas formas de produzir e trabalhar faz surgir um novo padrão de desenvolvimento no ambiente rural.

Por volta dos anos 1970, iniciou-se a inserção do “Pacote Tecnológico” na agricultura brasileira, definido por Aguiar (1986 apud Gehlen, 2001) como um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos agronômicos aplicados numa lavoura ou criação, de acordo com os padrões estabelecidos através de pesquisa. No entanto, a implantação desse pacote não se consolidou entre todos os grupos de agricultores. Isso ocorreu por duas razões principais: pela rejeição dos próprios agricultores, principalmente os agricultores familiares, e também porque alguns não tiveram condições de responder de forma positiva ao uso dessas técnicas (GEHLEN, 2001).

Em relação à agricultura familiar, Fauth (2008) a considera como sendo uma estrutura produtiva agrícola que tem como alicerce a predominância do uso de mão-de-obra familiar para explorar o estabelecimento rural, no qual vive e trabalha, considerando que a maior parte da renda da família provinha das atividades desempenhadas no campo. Gehlen (2001) segue essa mesma linha de estudo, e considera que os agricultores familiares desempenham suas atividades rurais ligadas aos princípios de sustentabilidade.

Vale ressaltar que alguns fatores podem levar o agricultor familiar a não exercer suas atividades de forma sustentável. Como por exemplo, se houver pouca disponibilidade de terra para o exercício das tarefas, poderá ocasionar o uso intensivo do solo, e assim, afetar a sustentabilidade em vários aspectos tanto econômico, como social e ambiental, tais como: esgotamento de recursos naturais; baixo retorno de investimento que compromete a renda familiar; e incapacidade de recuperação do que foi investido (MENEGUETI, 2008).

Entretanto, a agricultura familiar atende às exigências sociais, a partir do momento em que proporciona geração de renda e emprego à família, bem como tem a preocupação quanto às questões ambientais de biodiversidade. Além disso, tem grande relevância para a segurança alimentar e nutricional no país, contribuindo na diminuição da pobreza da população (FAULT, 2008).

Tal afirmação pode se confirmar a partir dos dados do último Censo Agropecuário o qual mostrou que 74,4% das pessoas que desenvolvem atividades no campo são agricultores familiares, totalizando mais de 12 milhões de brasileiros responsáveis por cerca de 70% dos alimentos que são consumidos todos os dias pela população do Brasil (BRASIL, 2013).

Com relação à agricultura familiar no Nordeste, a maioria dos agricultores familiares dessa região apresentam situação de pobreza, que segundo Freire (1999), essa condição deve-se a algumas características da agricultura nordestina, explicitada por Araujo Filho e Carvalho (1996) como nômade, itinerante ou migratória. O Nordeste é a região brasileira que apresenta maior quantitativo de agricultores familiares, porém menor produtividade e renda por área (BNDES, 2000),

Já no contexto paraibano, a agricultura é considerada tradicional, com tecnologia pouco desenvolvida. Com base no Censo Agropecuário (2006), o estado paraibano conta com mais de 148 mil estabelecimentos rurais, sendo que 89% são agricultores familiares, itens como arroz, feijão e mandioca tem grande participação na agricultura familiar do estado. No entanto, a atividade desse setor destaca-se como apenas um modo familiar de exploração para a sobrevivência, ou seja, consumo interno. Assim, torna-se uma atividade de baixa produtividade em relação à produção de alimentos (GONZAGA, 2006).

Partindo para os aspectos da agricultura familiar do município em estudo – São Mamede-PB que faz parte do médio sertão da Paraíba. O forte da agricultura familiar local é a produção de subsistência, seguindo assim, as características de produção alimentícia paraibana (BRASIL, 2012).

Dessa forma, vê-se a necessidade de políticas públicas voltadas para esse setor, no intuito de fortalecer as unidades familiares para que sejam capazes de desenvolverem suas atividades rurais.

E de acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, o Brasil aderiu a um modelo diferente de desenvolvimento ao adotar políticas diferenciadas para a agricultura e o meio rural. No âmbito rural, ganham destaque as políticas de reforma agrária e reordenamento agrário, de inclusão produtiva, de fortalecimento e ampliação do crédito rural e da estratégia de organização e desenvolvimento territorial (BRASIL, 2012).

Assim, nos últimos anos o Governo Federal procurou promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio da implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. E para fundamentar as estratégias desse desenvolvimento, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), escolheram quatro eixos norteadores de ações e instrumentos de sua política, são eles: combate à pobreza rural, segurança e soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas de produção e geração de renda e agregação de valor (BRASIL, 2012). Conforme Müller (2007), a elaboração de tais políticas públicas contribuiu



para a legitimação da política rural e o reconhecimento social da importância da agricultura familiar pela sociedade brasileira.

Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe a lançar luz sobre uma dessas políticas, o PRONAF, o qual tem como principal objetivo fortalecer as atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, financiando essas unidades de acordo com suas capacidades e necessidades (ANTUNES, 2010).

Diante disso, a presente pesquisa partiu da seguinte questão: **Qual a influência da política pública Pronaf no desenvolvimento da agricultura familiar de São Mamede-PB?**

## 1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A justificativa do estudo dá-se através dos aspectos teórico, prático, social e pessoal. Justifica-se teoricamente devido a tentativa de contribuir para os estudos voltados à Administração Pública, essencialmente sobre políticas públicas na Agricultura Familiar.

Apesar de haver muitos trabalhos estruturalmente realizados nessa área, ainda existem lacunas a serem preenchidas com relação a um estudo aprofundado sobre a atuação de tais políticas em locais específicos, considerando que a Administração inclui-se entre as ciências sociais, uma área que compõe-se por diferentes pontos de enfoque.

A importância prática da pesquisa dá-se por trazer uma contribuição em termos de informações que serão oriundas dos dados disponibilizados pelos atores sociais do município em estudo. Tais informações poderão servir como base para se propor melhorias e corrigir falhas no setor pesquisado, caso haja necessidade para esses procedimentos. Tanto os agricultores familiares como o governo se beneficiariam com esses possíveis melhoramentos e correções. Para os agricultores, a proposta de meios para melhorar as condições de trabalho e geração de renda, o que poderá resultar em contribuição para o progresso nacional.

Do ponto de vista social, a pesquisa é relevante, por tratar de discussões em torno da atuação de políticas públicas consideradas essenciais para agricultura familiar, visto que, esse tipo de debate pode ocasionar possibilidade de proporcionar incentivos para que os agricultores possam exercer suas atividades, evitando ter prejuízos em sua produção e possam obter retorno de seus esforços, além de ajudar no desenvolvimento e crescimento do município e conseqüentemente do país.

Com relação à justificativa pessoal do estudo, a escolha dessa pesquisa deu-se pela identidade da autora com o município, juntamente com o intuito de aprofundar seus conhecimentos no setor já mencionado. E, sobretudo, pelo desejo de contribuir no desenvolvimento e crescimento do lugar de origem.

### 1.3 OBJETIVOS

Com base na problemática definida para o estudo, buscou-se alcançar os seguintes objetivos:

#### 1.3.1 Objetivo Geral

- Compreender a influência da política pública PRONAF no desenvolvimento da agricultura familiar em um município do sertão paraibano.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Relacionar as políticas públicas que estão voltadas para a agricultura familiar no município em estudo;
- Identificar os atores envolvidos na agricultura familiar do município em estudo;
- Descrever o processo de funcionamento do PRONAF no município em estudo;
- Identificar os fatores relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar do município em estudo;
- Analisar a relevância da atuação da política pública PRONAF, no desenvolvimento da agricultura familiar do município.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado como suporte para o fundamento do presente projeto baseia-se em pesquisas em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, bem como em sites que disponibilizam informações legítimas e relevantes em torno do tema do estudo. Inicialmente será descrita a conceituação de políticas públicas e, posteriormente segue o relato dessas políticas na Agricultura Familiar, enfatizando a avaliação da política PRONAF, e finalmente, serão salientados os fatores que influenciam o desenvolvimento desse setor da agricultura, segundo a literatura estudada.

### 2.1 GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A administração pública, ao seguir as mudanças sofridas pelas reformas do Estado nos anos 1990, buscou pautar-se por características da chamada Nova Administração Pública. A Nova Administração Pública ou “Revolução Gerencial” é defendida por Ferlie et. al. (1999) como um meio de superar os problemas associados à ineficácia, ineficiência e efetividade dos governos ao atuarem nos setores estratégicos da economia, que teriam sido causados pelo modelo burocrático, no qual o Estado inseria-se na segunda metade do século XX. Nas últimas três décadas, o Estado apresenta-se como ente de apoio ao mercado, responsável por mediar, estimular e promover intervenções e regulações (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Dentre os elementos desse novo modelo de administração, destaca-se o maior enfoque sobre a análise das políticas públicas. Assim, tais políticas começam a se constituir nesse cenário complexo e conflituoso entre Estado e sociedade como instrumento primordial utilizado pelos governos para a conquista, exercício e manutenção do poder político (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Assim, os estudiosos de administração pública sentiram a necessidade de compreender o papel das organizações públicas na expressão dos valores sociais, e com isso, foram levados a estudar o campo mais geral da política pública, analisando-o detalhadamente (DENHARDT, 2011).

Nesse sentido, Heidemann (2009) cita alguns teóricos clássicos que se aprofundaram na conceituação da expressão políticas públicas, entre eles, o autor David

Easton (1953, p. 129), que define a política pública como “a alocação oficial de valores para toda sociedade”.

De acordo com o cientista C.O Jones (1977 apud HEIDEMANN, 2009) para melhor entendimento, é importante que a noção geral da expressão política pública seja desdobrada em partes constitutivas, isto é, separando o conceito de cada termo, definindo que políticas são meios especificados para atingir metas; programas como meios utilizados para atingir as metas; as decisões definidas como ações específicas assumidas para implementar as metas; e os efeitos, por sua vez, são impactos mensuráveis dos programas.

Souza (2003, p. 13) considera que não existe uma única e nem melhor conceituação do termo política pública, sendo que muitos conceitos divergem entre si. Assim, política pública pode ser definida como a área do conhecimento que procura “colocar o governo em ação”, além de analisar essa ação, propor mudanças nesse processo de ações, quando houver necessidade, e entender como e por que essas ações produzem efeitos positivos em certos pontos em detrimento de outros.

Para Alencar (2010), as políticas públicas e suas formas de realização refletem as contradições e conflitos entre e nos diferentes setores e classes sociais presentes no desenvolvimento da história brasileira e também do mundo. Teixeira (2002) resume política pública como sendo um conjunto de diretrizes e princípios que orientam as ações do poder público para que haja uma mediação entre atores da sociedade e do Estado.

Diante da complexidade da definição do conceito de políticas públicas, é observável que existem várias óticas de conceitos que se assemelham, como também se diferenciam, visto que é um termo desenvolvido no âmbito das ciências sociais, onde é possível considerar que sempre existirá uma gama de diferentes pontos de vista em torno do assunto. E é essa variedade de definições contribui para que as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se transformem em planos, programas, projetos, base de dados ou sistemas de informações e pesquisa (SOUZA, 2006).

A partir dos estudos que buscam uma conceituação do termo política pública, a mesma pode ser entendida como parte da política que busca atender certas necessidades que surgem na sociedade, onde cabe ao Estado definir de maneira mais precisa como, para quê e para quem serão desempenhadas as atividades que tentarão apaziguar interesses diversos entre diferentes atores.

A política pública abrange diversos campos de atuação, ou seja, na saúde, educação, economia, agricultura, no meio social, entre outras áreas. Alguns estudiosos

analisam as os tipos de políticas públicas para melhor interpretação das suas variáveis e características próprias.

Existem vários tipos de políticas públicas, Secchi (2010) para mostrar em seus estudos a tipologia das políticas públicas, cita Lowi (1964) que apresenta quatro tipos de políticas, baseando-se quanto aos impactos que podem causar aos atores beneficiários, ou ao seu papel na sociedade, são elas: as políticas regulatórias – que definem regras e procedimentos no intuito de regular o comportamento, serviço ou produto dos atores públicos e privados, como por exemplo, as regras de segurança alimentar; as políticas distributivas – que geram benefícios direcionados para alguns grupos de atores, com características de ações clientelistas. Exemplos: subsídios, gratuidade de taxas para certos usuários de serviços públicos; As políticas redistributivas – que tem o objetivo de redistribuir recursos entre os grupos sociais, beneficiando algumas categorias em detrimento de outrem, o que ocasiona em conflitos, exemplo: cotas raciais para universidades; e por fim as políticas constitutivas – que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas, exemplo: regras do sistema político-eleitoral.

Para entender como funciona uma política pública, faz-se necessário buscar conhecimento do seu processo de elaboração, execução e avaliação. Secchi (2010, p. 22) definiu para tanto um processo de análise a partir do ciclo de políticas públicas, conceituado como “um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”.

Assim, o ciclo de políticas públicas constitui-se em uma técnica de análise do processo de formulação, implementação e análise da política, de forma sequencial. As fases macro que compõem este processo são: formulação, implementação e avaliação da política (SECCHI, 2010).

Na fase de formulação ocorre inicialmente a identificação do problema, o qual é a diferença entre a situação real e uma situação ideal possível; a formação da agenda é definida como um conjunto de problemas ou temas considerados importantes, e listadas conforme prioridades de atuação; a formulação de alternativas, fase em que serão definidos os métodos, programas e estratégias ou ações para alcançar os objetivos estabelecidos, assim como é analisado as consequências de cada alternativa de solução do problema a ser resolvido; por fim, a formulação culmina com a tomada de decisão, ou seja, os interesses dos atores são avaliados e os objetivos e métodos de enfrentamento de um problema público tornam-se definidos e explícitos (Idem, 2010).

Na fase de implementação - é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são transformados em ações. Esta é a fase de execução da política, na qual são colocadas em prática as ações e os preceitos definidos na fase de formulação (Idem, 2010).

Por sua vez, a avaliação da política pública pode ocorrer em três momentos: no instante anterior à implementação, isto é, na etapa da formulação, assim como pode ser durante a implementação, ou seja, o monitoramento, e também no momento posterior à implementação (Idem, 2010).

Por fim ainda é identificada a etapa de extinção da política, cujas causas podem ser a resolução do problema, ou quando programas ou leis foram avaliadas como ineficazes, ou se o problema perdeu aos poucos a sua importância (Idem, 2010).

O presente estudo destaca a atuação de uma determinada política pública na área de agricultura, especificamente na agricultura familiar. Com enfoque na implementação e avaliação da mesma. Para tanto, faz-se necessário destacar essas duas fases do ciclo.

### Implementação e Avaliação

É na etapa de implementação que a administração pública concretiza as intenções políticas. É também onde surgem os atores políticos não estatais, ou seja, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, grupos de interesse e destinatários da ação pública (SECCHI, 2010).

Sabatier (1986 apud SECCHI, 2010), define dois modelos de implementação: o modelo top-down (de cima para baixo) – com características de distanciamento entre o modelo de tomada de decisão e o de implementação. Ou seja, a esfera política, como tomador de decisão, separam-se dos agentes que colocarão em prática a política pública, é o modelo mais indicado para verificar falhas por parte da administração. E o modelo bottom-up (de baixo para cima) – os implementadores participam da identificação do problema, assim como examina as possibilidades de soluções durante a implementação, e os tomadores de decisão, por sua vez, legitimam as práticas já experimentadas. A partir desse modelo fica mais fácil identificar falhas da esfera pública.

É importante estudar a fase de implementação, por tornar-se possível uma melhor visualização, através de instrumentos mais estruturados, as barreiras, as falhas que ocorrem nessa fase.

No que diz respeito à avaliação de políticas públicas, é nessa etapa onde existe a possibilidade para procedimentos como subsidiar o processo de planejamento e formulação de

uma intervenção, acompanhar a implementação, fazer ajustes necessários, decidir sobre a manutenção, aperfeiçoar, desviar de rumo ou interromper o processo, entre outros procedimentos (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Nessa fase, é examinado o desempenho da política pública, analisando o estado da política, e se houve redução do problema que a ocasionou. Pode ser considerado o momento em que acontece o feedback das fases antecedentes do ciclo. Os principais critérios utilizados para essa avaliação são a economicidade, a eficiência econômica, a eficiência administrativa, a eficácia e a equidade (SECCHI, 2010).

De acordo com o autor supracitado, a avaliação pode levar a continuidade da política pública da maneira como está, pode reestruturar pequenos aspectos práticos, e também pode ocasionar na extinção da política pública, caso o problema tenha sido resolvido ou o problema seja impossível de superado, ou ainda se o problema se tornar insignificante.

### 2.1.1 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

Com base no documento desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) no ano de 2000, Altafin (2005) menciona que o universo da agricultura familiar abrange uma significativa capacidade produtiva, que resulta na contribuição efetiva para o abastecimento do Brasil, mesmo com dificuldade de acessibilidade à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. Em contrapartida, a situação de risco e a pobreza são elementos que ainda se destacam nesse setor.

Fauth (2008) analisa que a agricultura vem se mostrando uma forma eficiente de ocupação rural, favorecendo o cumprimento de exigências sociais, como geração de emprego e renda, e ambiental, no que diz respeito à conservação da biodiversidade. Além disso, a agricultura familiar pode mudar o quadro da condição de pobreza da maioria da população, com metas de segurança alimentar e nutricional, problema este que vem sendo discutido nas pautas do Governo. Assim, o agricultor familiar é considerado o ator da agricultura cuja atuação se torna resultado da atuação do Estado (WANDERLEY, 2004).

Historicamente, a agricultura familiar teve necessidade de uma maior oferta de políticas públicas, e de também de ser reconhecida com relação a sua contribuição econômica

para o país. Além disso, a modernização tecnológica não foi tão significativa na melhoria das condições de trabalho e geração de renda da população rural. Considerando essas dificuldades, o governo tem se preocupado em criar políticas públicas diferenciadas para o agricultor rural (BRASIL,2012).

Com a criação e implementação de políticas públicas direcionadas às unidades familiares rurais, percebe-se que o Governo começa a valorizar a agricultura familiar, embora de forma gradativa. E de acordo com Abramovay (2006) essa valorização está fundamentada partir de três planos diferenciados: no plano intelectual - relacionado à variedade de pesquisas que permitiram o estudo mais aprofundado da heterogeneidade desse setor brasileiro; no plano das políticas públicas, onde destaca que as políticas públicas foram responsáveis por incitar novas oportunidades de ocupação e negócios para as famílias rurais, principalmente devido o lançamento do PRONAF e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária; e por fim, no plano social, por considerar que a agricultura familiar é um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos que lutam pela viabilidade econômica da produção familiar.

Um fato institucional importante para a agricultura familiar foi a homologação da Lei nº 11.326/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e define o seu público. No Art. 3º, a lei esclarece que o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) o mesmo não poderá deter uma área maior do que quatro módulos fiscais; ii) nas atividades econômicas da sua localidade rural devem predominar a mão-de-obra da própria família; iii) o percentual mínimo da renda deve provir de atividades econômicas do próprio estabelecimento rural; iv) e a direção do estabelecimento seja exercido pela família do agricultor. (BRASIL, 2006).

Com a institucionalização dessa lei, os agricultores familiares, assim como os aquicultores, extrativistas e pescadores, passaram a possuir uma legalização específica que lhe caracterizassem para a finalidade de definição de política pública (SILVA, 2012).

Ao considerar a enorme importância das unidades familiares para o país, ainda é perceptível a existência de carência por intensificações e criações de políticas públicas voltadas para esse setor. E para a formulação, implementação e aperfeiçoamento dessas políticas, o Governo pode apoiar-se às análises feitas pelos estudiosos cientistas, às experiências práticas de algumas políticas já existentes, bem como a motivação dos próprios agricultores familiares.



Os agricultores familiares progressivamente estão conquistando a atenção do governo, a prova disso são programas governamentais existentes, como explicita a Secretaria da Agricultura Familiar, ao elencar que os principais programas governamentais, além do PRONAF, voltados para a agricultura familiar são: Programa de Agroindústria, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Nacional de produção e Uso de Biodiesel (PNPB), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Plano Nacional de Sociodiversidade, Política Setorial do Leite, entre outros programas (BRASIL, 2012).

### 2.1.2 O Programa Nacional para Agricultura Familiar

O PRONAF foi criado em 1996, por meio do decreto nº 1.946/96. Esse programa tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, direcionado aos agricultores familiares, para que os mesmos possam aumentar a sua capacidade produtiva, gerar emprego em suas unidades familiares, assim como melhorar a renda da família.

Em seu decreto de criação, está descrito que o PRONAF é uma parceria entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais, incluindo também a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações. Assim, para que haja aplicação de recursos da União no PRONAF, é necessária a adesão voluntária desses parceiros às normas operacionais do programa, como também a efetivação de suas contrapartidas.

#### Os Integrantes do PRONAF

Para cada esfera de governo (Federal, Estadual e Municipal), entidades públicas e privadas agricultores familiares e suas organizações são estabelecidas ações específicas, cabendo-lhes desempenhar seu papel, conforme estão orientadas. A figura 1 abaixo mostra de forma simplificada a atuação dos agentes participantes dessa política pública:

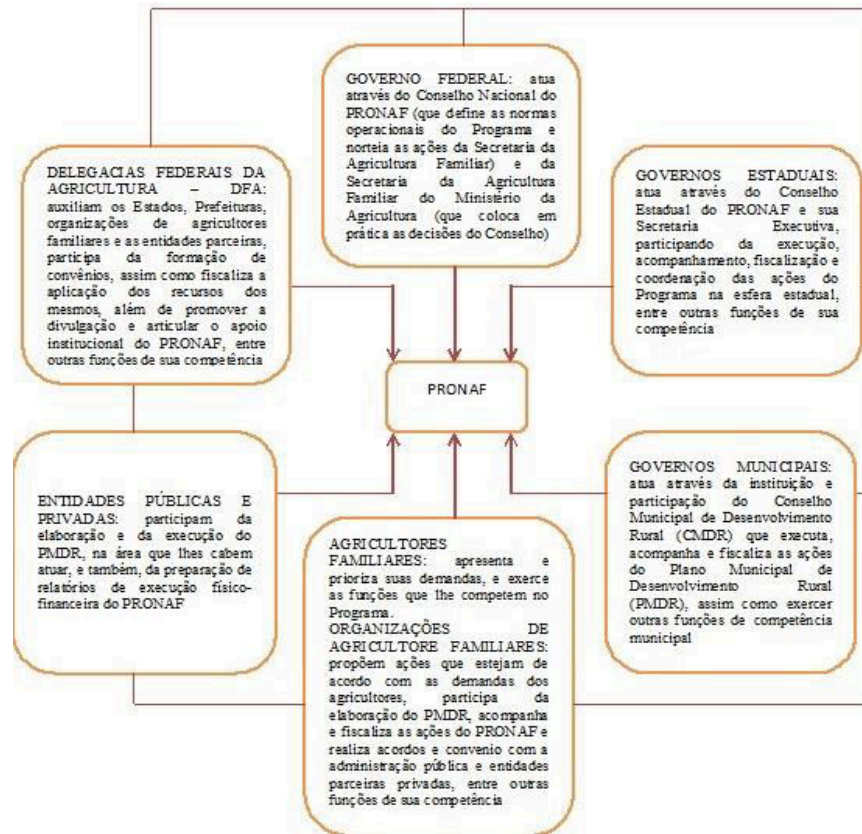


Figura 1: agentes participantes do PRONAF de acordo com o decreto nº 1.946/96

Fonte: elaborada pela autora (2013)

Já o decreto nº 3.991/2001, no Art. 3º, esclarece que o PRONAF, além de servir de suporte nas atividades agrícolas e não-agrícolas dos agricultores familiares, poderá negociar e articular políticas e programas em conjunto com órgãos setoriais dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, capacitar as famílias agricultoras no que diz respeito à gestão de seus empreendimentos; oferecer linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares; tratar de questões ligadas à instalação e melhoria da infraestrutura pública e comunitária; como também dá suporte às ações de assistência técnica e extensão rural e à geração de tecnologia, de acordo com os princípios de sustentabilidade; e por fim, servir de apoio para o surgimento de debates e criar formas de representação desses agricultores em conjunto com os municípios e estados.

Além disso, também são descritos nas normas específicas os princípios que devem nortear as ações do PRONAF, são eles: gestão social, através de criação de conselhos estaduais e municipais; descentralização das ações e recursos do Programa; melhor acesso dos agricultores familiares aos agentes, instrumentos e benefícios dessa política pública; parceria

no planejamento, na execução e na monitoria de ações entre aqueles que executarão as tarefas do Programa e aqueles que serão beneficiados pelo mesmo, sem desconsiderar as especificidades locais e regionais; facilidade para o acesso de mulheres, jovens e minorias étnicas aos benefícios do PRONAF. É importante salientar que dentre esses princípios está a defesa do meio ambiente, preservação da natureza e a sustentabilidade.

Existem alguns programas de Microcrédito Rural, que dispõem de uma equipe de assessoria de crédito direcionada para orientar os agricultores familiares na parte técnica e financeira, como também ajudam na implementação dos projetos. Esses programas são: o Agroamigo, gerido pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), em parceria com Instituto Nordeste Cidadania, o Amazônia Florescer Rural e o Agro B.

Em consonância com o que está descrito nas normas do BNB, quanto à assessoria empresarial e técnica prestada pelas instituições com que estejam firmados convênios ou contratos, os serviços são prestados em três momentos. Primeiro acontece a elaboração das propostas de crédito. No segundo momento, o crédito é liberado, e por fim, depois da aplicação dos créditos, ocorre o terceiro momento, que é a avaliação e impactos por parte dos técnicos.

De acordo com o relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), exercício 2009, no ano de 2004, o BNB deu os primeiros passos na implantação do Agroamigo, em parceria com o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a OSCIP Instituto Nordeste Cidadania (INEC), fazendo uma experiência em duas agências, contando com dois assessores em cada uma (FNE, 2009).

Em 2005 e 2006, o programa Agroamigo estendeu-se a todas as Agências do BNB, transformando-se em um programa de microcrédito rural que almeja a concessão de financiamento para agricultores familiares enquadrados no PRONAF Grupo “B” (grupo básico do PRONAF para agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até 10 mil reais com a finalidade de financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias no estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas). Esse programa utiliza de metodologia própria de atendimento. Seus principais objetivos são de orientar o agricultor para o crédito e fazer o acompanhamento, agilizar o processo de concessão do crédito, expandir o atendimento aos agricultores familiares e obter uma maior proximidade com os clientes do setor rural por meio do atendimento do agricultor em domicílio pelo assessor de microcrédito.

É destacado nesse relatório que para se tornar um assessor de microcrédito rural do Agroamigo é necessário que ele tenha suas origens na área onde deverá atuar; conheça as

potencialidades econômicas locais; tenha compromisso com o desenvolvimento local; passe confiança para comunidade; tenha formação de técnico agrícola ou área afim.

Dessa forma, o AgroAMIGO objetiva no sentido geral, buscar qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF com a concessão de microcrédito produtivo e orientado. O Programa tem o apoio do BNB, que é parceiro do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para os agricultores familiares que obtiverem seu financiamento pelo Microcrédito Rural, a SAF em parceria com o MDA, instituições públicas e organizações não governamentais de extensão rural, oferecem assistência técnica, no intuito de garantir, gratuitamente, um maior atendimento a esses agricultores, além de que essa assistência estar de acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

A SAF/MDA são responsáveis por orientar a forma de atendimento, através da divulgação de Portaria nº 60 onde mostra o credenciamento e quais os métodos devem ser utilizados na abordagem de assistência técnica aos agricultores enquadrados no PRONAF B e também por meio de cursos de capacitação de técnicos da extensão rural. Existem três momentos presenciais importantes entre os técnicos e os agricultores, que é o momento em o técnico faz o diagnóstico, orienta e avalia a unidade familiar como um todo, considerando a realidade socioeconômica da categoria de Microcrédito Rural. O trabalho desses técnicos é de grande relevância para o grupo familiar, pois esses agricultores além de serem orientados sobre a existência desse tipo de crédito, serão norteados de como e onde esse crédito deve ser aplicado.

#### A Operacionalização do PRONAF

A busca pelo crédito do PRONAF surge do desejo do agricultor, juntamente com a sua família, para desenvolver projetos que possam melhorar a qualidade de vida da própria família, o que pode trazer bons resultados para a agricultura familiar como um todo. (BRASIL, 2013).

De acordo com a SAF, o crédito do PRONAF pode ser tanto para custeio ou atividade agroindustrial, como também para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Vale salientar que esse tipo de crédito financia projetos individuais ou coletivos, desde que esses projetos tenham o objetivo de gerar renda para os agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária.

O agricultor familiar deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Para que a DAP seja emitida é necessário que o agricultor se enquadre em alguns requisitos, onde serão avaliados, por exemplo, a renda anual e as atividades que são exploradas pelo produtor familiar. Feita essa análise, o agricultor é direcionado para qual linha específica de crédito ele tem direito. Também é preciso que o agricultor esteja com o seu CPF regularizado e isento de dívidas. Após a obtenção da DAP, o agricultor deve procurar a empresa Assistência Técnica Rural local para ser elaborado seu Projeto Técnico de Financiamento.

Depois do projeto pronto, o mesmo deve ser encaminhado ao agente financeiro para que o projeto seja aprovado, após uma análise de crédito. Ao passar pela aprovação, o agricultor poderá ter acesso ao recurso financeiro e colocar em prática o seu projeto.

É importante destacar aqui o que descreve o capítulo 10 do Manual de Crédito Rural, com relação à assistência técnica no que diz respeito a concessão de crédito, tornando-a facultativa para os financiamentos de custeio ou investimento, cabendo à instituição financeira, quando houver necessidade, requisitar a prestação da Assistência Técnica e Extensão Rural.

A figura 2, abaixo, sintetiza o processo de concessão de crédito do PRONAF e seus principais responsáveis.

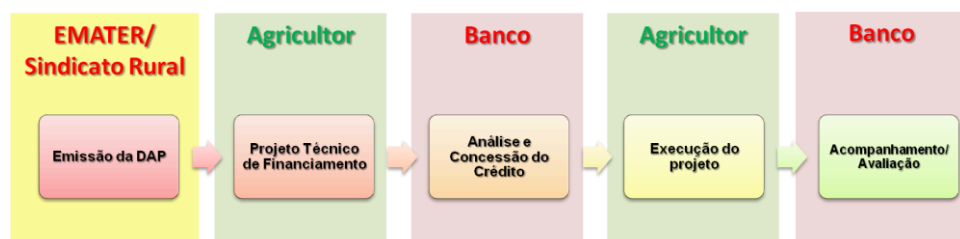


Figura 2 – Processo de concessão do PRONAF

Fonte: elaborado pela autora (2013)

#### As linhas de Crédito do PRONAF

A Secretaria de Agricultura Familiar expõe as seguintes linhas de crédito do PRONAF: PRONAF Custeio, PRONAF Mais Alimentos – investimento, PRONAF Agroindústria, PRONAF Agroecologia, PRONAF Eco, PRONAF Floresta, PRONAF Semiárido, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Custeio e Comercialização de

Agroindústrias Familiares, PRONAF Cota-Parte, e o Microcrédito Rural. Cada linha destina-se para um grupo de agricultores familiares específicos.

Exemplificando uma dessas linhas de financiamento tem-se o Microcrédito Rural, conhecido também como PRONAF B, que é destinado aos produtores rurais familiares mais pobres, essa linha de crédito surgiu justamente no intuito de combater a pobreza rural, fortalecendo a unidade produtiva, na geração de renda do grupo de agricultores enquadrados nessa categoria. As operações do PRONAF B se desenvolvem com recursos do Tesouro Nacional, e também dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa linha de crédito proporciona um bônus de adimplência para o agricultor que pagar em dia a sua parcela de empréstimo, além de fornecer uma mínima taxa de juros, de 0,5% ao ano, e ainda oferece prazo de reembolso de até dois anos para cada empréstimo, como mostra o a seção 13 do capítulo 10, contida no Manual de Crédito Rural.

O público-alvo classificado como grupo B é composto pelas famílias dos agricultores mais carentes, em sua maioria, têm acesso limitado aos meios de produção, falta organização, têm pouca extensão de terra, muitos são sem-terra ou estão ocupando-a com muitas dificuldades, não estão integrados ou participam de forma mínima do mercado local, muitos não receberam orientação educacional e, por isso não têm muita noção de cidadania. Por esses motivos, esse grupo chama atenção para políticas públicas compensatórias (BASTOS, 2005).

De acordo com a Portaria 19, divulgada pela SAF/MDA no Diário da União, os municípios que tenham taxa de inadimplência em 15% ou mais dos financiamentos do Microcrédito ou apresentar 50 ou mais contratos em atraso na linha, estarão suspensos de novos contratos de crédito, até regularizarem a situação, salvo alguns casos de inadimplência e especificidades por parte de alguns produtores familiares rurais.

As regras sobre a operacionalização do Microcrédito Rural estão disponibilizadas no Manual de Crédito Rural (MCR) disponibilizado pelo Banco Central do Brasil. De acordo o item 4, seção 13 do capítulo 10 do MCR, no tocante ao estabelecimento de cotas estaduais de distribuição de recursos, limites municipais de inadimplência, como também suspensão das operações nos municípios e para retorno de operações, entre outros, a operacionalização do PRONAF B será feita por instituições financeiras que estiverem ligadas a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

### 2.1.3 Avaliação na política pública PRONAF

Tanto as políticas como os programas são considerados mecanismos de ação que passam por um processo de construção e se consolidam num contexto socioeconômico e político (BITTENCOURT 2007). Os programas e as políticas são decididas, elaboradas, gerenciadas e implementadas pelas pessoas e, quando isso ocorre, são conseqüentemente avaliadas também por pessoas (DRAIBE, 2007).

O PRONAF, desde a sua implementação em 1996, impactou consideravelmente a agricultura brasileira, principalmente pelo fato de permitir que os agricultores familiares pudessem investir nas suas atividades e também ampliar suas áreas de plantação, impactando também na renda e na melhoria de vida desse grupo de agricultores. Por esse motivo, e levando em consideração o fato de ser um programa que requer um alto custo financeiro, essa política pública, é continuamente revista, avaliada e aperfeiçoada para não perder sua característica principal, ou seja, proteger eficientemente as unidades familiares rurais, um setor que tem participação importante no país (GUANZIROLI, 2002).

Assim, a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF (SMAP), monitora e avalia determinadas ações desse programa, com base nos dados e informações oferecidos por esse sistema. Seu acesso é restrito somente a pessoas credenciadas, as quais podem consultar as informações contidas no SMAP. Esse credenciamento pode ser feito pelos gestores da Secretaria de Agricultura Familiar e também por representantes legais e operacionais de órgãos e entidades, vinculados ao SAF. E para o público externo, é preciso a identificação das pessoas físicas e da rede hierárquica que fazem parte dos órgãos e entidades de sua vinculação (BRASIL, 2012).

Conforme descreve Alencar (2010), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar atua, principalmente, nas seguintes linhas: financiamento da produção – no que diz respeito a recursos para custeio e investimentos. Esse financiamento estende-se a todos os municípios brasileiros; financiamento de infraestrutura e serviços do município – os municípios de todas as regiões do Brasil recebem suporte financeiro para realizar obras de infraestrutura e de serviços básicos; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares – nesta linha de atuação, o PRONAF oferece aos agricultores familiares cursos e treinamentos, além do apoio de conselheiros municipais e técnicos responsáveis por implantar políticas de desenvolvimento rural; e financiamento de pesquisa e extensão rural – neste

segmento, os recursos financeiros são direcionados para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores das unidades familiares.

Com base no exposto sobre avaliação, o PRONAF se caracteriza como uma política pública que ao ser bem implementada, pode trazer resultados satisfatórios para o seu público-alvo, ou seja, os agricultores familiares. Para isso, é importante que haja sempre um monitoramento, avaliação e caso necessário, ajustes na forma de implementação, para que o programa seja capaz de contribuir no desenvolvimento da Agricultura Familiar.

#### 2.1.4 Fatores que influenciam o desenvolvimento da Agricultura Familiar

O desempenho da agricultura familiar se deve principalmente a fatores como disponibilidade de recursos, inserção socioeconômica, localização geográfica, oportunidades e a conjuntura econômica, instituições e valores culturais da família, do grupo social e da nação (BUAINAIN et al., 2003).

No entanto, os referidos autores mencionam que dentre esse conjunto de condicionantes do desenvolvimento rural, merecem destaque os incentivos que os agricultores possuem para poder investir e produzir; a disponibilidade dos recursos, essencialmente a terra, a água, a mão-de-obra, o capital e a tecnologia (elementos que são responsáveis pelo desempenho de produção, acessibilidade aos mercados, insumos, informações e serviços); e a influência das instituições, no que diz respeito às decisões dos agentes e na capacidade, possibilidade e disposição para produzir (idem).

Conforme o autor supracitado, o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar necessita, também da integração da política macroeconômica, por interferir de forma direta sobre os incentivos e recursos que serão disponibilizados, bem como da política agrícola, que tende a buscar benefícios específicos para esse setor, e finalmente, da política de desenvolvimento rural, para que haja uma melhor interação entre os diversos níveis de intervenção do setor público nas unidades familiares rurais.

Como ferramenta para fortalecer e desenvolver a agricultura familiar brasileira, surge a extensão técnica rural, em meados dos anos 1960. Sua atuação foi evoluindo gradativamente, como mostram os estudos de Rodrigues (1997), que relata que a extensão técnica rural do Brasil passou por etapas evolutivas, quanto ao modo de atuação, iniciou-se com característica de humanismo assistencialista em 1948, aqui o extensionista tinha o papel



de indutor de mudanças com ações paternalistas. Ou seja, era o agente de extensão que problematizava a situação dos agricultores, sem favorecer a formação do senso crítico dos mesmos em torno das suas necessidades.

Em 1963 passou para a etapa do difusionismo produtivista que visava apenas divulgar e impor um conceito, desconsiderando as experiências e os objetivos dos agricultores atendidos. Nesse período, surge a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Segundo Lisita (2001), nessa etapa os pequenos agricultores familiares que não tiveram acesso ao crédito, ficavam excluídos do serviço de extensão rural. Pois o papel dos extensionistas era condicionado pela existência do crédito.

Após o difusionismo produtivista, vem o modelo de humanismo crítico que prevalece de 1985 a 1989, este caracterizado pela promoção humana integral, trazendo ao pequeno agricultor, sendo proprietário ou não da terra onde trabalha, o sentimento de ser o autor de suas ações como cidadão, com a autonomia de descrever os problemas coexistentes e ter a capacidade de decisão sobre como solucioná-los (RODRIGUES, 1997). Nesse sentido, o autor considera o extensionista como “o interlocutor tecnicamente competente de um relacionamento dialógico horizontal democrático, portanto” (RODRIGUES, 1997, p. 127). Ou seja, ele apresenta-se como aquele que se inter-relaciona com o agricultor, tomando conhecimento da sua realidade, através do diálogo.

Atualmente, a principal finalidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) é trazer melhorias na renda e na qualidade de vida das famílias rurais, através da eficiência e eficácia na utilização dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de maneira sustentável. Tendo como responsáveis na coordenação das ações de Ater, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) que dispões do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), contando com as coordenações de fomento à Ater, formação de Agentes e gestão do Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) (BRASIL, 2013).

Outra característica no desenvolvimento rural foi o despertar para ações de sustentabilidade. Há no Brasil um projeto de desenvolvimento sustentável, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), para o meio rural. Este projeto está apoiado nas diversas dimensões da sustentabilidade, ou seja, na área econômica, social, política, cultural e ambiental. Ele é baseado nas diferentes maneiras de vida e produção familiar e associativa que fazem parte do âmbito rural. E fundamenta-se nos seguintes quesitos: na manutenção das populações nos espaços rurais com condições dignas para viver; na valorização das diversas formas de produção familiar direcionadas

principalmente para abastecer o mercado brasileiro e para fornecer segurança alimentar e nutricional; na utilização de recursos tecnológicos que respeitem as condições ambientais e aumentem a autonomia dos agricultores; no resgate das formas tradicionais de manifestação e produção cultural; entre outros requisitos (BRASIL, 2010).

Segundo a literatura, a experiência de outros países e com base em estudos desenvolvidos pelo FAO/INCRA, assegura-se que as características socioeconômicas do produtor rural, bem como de sua família, podem ser significativas na trajetória da unidade de produção (SOUZA FILHO et al., 2012). O quadro 1, que segue abaixo, apresenta de forma simplificada os principais fatores que influenciam o desenvolvimento da Agricultura Familiar:

<b>Autor</b>	<b>Fator</b>	<b>Descrição do fator</b>
Buainain et al. (2003)	Assistência Técnica	A assistência técnica é um dos fatores que aumenta a eficiência do uso de recursos disponíveis
Oliveira et al. (2008)	Tecnologia	A utilização de tecnologias aliada à assistência técnica qualificada e assídua tornam-se fatores de grande importância para garantir a eficiência das atividades desenvolvidas
Souza Filho et al. (2012)	Organização dos agricultores	O nível de organização e participação dos agricultores familiares em organizações sociais, Exemplo: uma cooperativa ou associação afeta diretamente sobre a capacidade de produção e também nos melhores meios de utilização dos recursos.
Teixeira (2002)	Políticas Públicas	As políticas públicas objetivam responder a demandas, principalmente dos setores considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas pela sociedade civil através da pressão e movimentos sociais.
Costabeber; Caporal (2003)	Característica cultural e social dos agricultores	Para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar é necessário considerar que as intervenções que venham ocorrer nesse setor respeitem a cultura e os costumes dos atores locais, levando em conta o saber, o conhecimento e os valores locais dos grupos rurais.
Buainain (2006)	Sustentabilidade	A sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar é uma forte estratégia para que esse segmento da agricultura ganhe força para competir de nos mercados globalizados

Quadro 1: Principais fatores ligados ao desenvolvimento da Agricultura Familiar

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

O presente estudo, baseado em seus objetivos específicos, levará em consideração, principalmente os fatores que dizem respeito à política pública, assistência técnica e organização dos agricultores como impulsionadores do desenvolvimento da Agricultura Familiar em uma localidade específica, já que são esses fatores que estão previstos no âmbito do PRONAF.

### 3 METODOLOGIA

Entende-se por metodologia o direcionamento do pensar e a prática exercida na abordagem da realidade. Na metodologia estão contidas, ao mesmo tempo, a teoria da abordagem – o método, os instrumentos que irão operacionalizar o conhecimento, os quais podem ser definidos como técnicas - como também a criatividade do pesquisador (MINAYO, 2009).

Nesse sentido, o presente capítulo esclarece sobre os tipos de pesquisa, como também identifica o campo de observação pesquisado, quais as técnicas e instrumentos utilizados para a realização do estudo, quais os procedimentos adotados para a análise dos dados, assim como fez-se necessário apresentar as características do campo de pesquisa.

#### 3.1 TIPOS DE PESQUISA

Considera-se que a pesquisa é a atividade básica da ciência com relação ao seu questionamento e formação da realidade. Além disso, é entendida também como alimento da atividade de ensino, capaz de atualizá-la frente às questões reais do mundo (MINAYO, 2009). Entende-se por pesquisa científica a concretização de uma investigação que foi planejada e desenvolvida baseadas em normas metodológicas (NEVES; DOMINGUES, 2007). De acordo com os autores supracitados, o tipo de pesquisa classifica-se quanto à forma abordagem (qualitativa e quantitativa) e quanto aos objetivos (exploratória, descritiva, explicativa ou analítica).

Esta pesquisa tem o intuito de compreender a influência de uma determinada política pública, no desenvolvimento da agricultura familiar em um município paraibano, bem como descrever como essa política atua nessa localidade, identificando os fatores relacionados ao campo de estudo, além de fazer uma análise da relevância das mesmas nesse tipo de desenvolvimento.

Para tanto, o tipo de pesquisa escolhido para este trabalho, quanto a sua forma de abordagem do estudo, é a pesquisa qualitativa, por requerer uma maior proximidade do pesquisador com o campo investigado. Essa aproximação facilitou a observação e uma melhor

delineação das questões, como também dos instrumentos de coleta e do grupo a ser pesquisado (NEVES; DOMINGUES, 2007).

Para Minayo (2009), a pesquisa qualitativa traz respostas a questões peculiares, trabalhando com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos estão relacionados à realidade social, ou seja, o mundo objetivo tem relação indissociável com a subjetividade do sujeito. Sendo assim, dificilmente uma pesquisa quantitativa teria a mesma eficácia em responder questões que envolvem esse universo.

E com relação aos objetivos deste estudo, utilizou-se uma pesquisa descritiva, por haver necessidade de descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2010).

### 3.2 CAMPO DE OBSERVAÇÃO

Para a realização desta pesquisa, optou-se por um estudo de caso, objetivando um maior aprofundamento dos conhecimentos da autora sobre políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em um município do médio sertão paraibano, especificamente a política PRONAF.

A escolha desse meio metodológico para desenvolver a pesquisa deu-se porque o estudo de caso permite reunir várias informações, de forma detalhada, com a finalidade de apreender a situação como um todo, ou seja, a partir dessas informações é possível um maior conhecimento no assunto abordado, bem como, chegar à resolução da problemática do estudo (BRUYNE et al. 1977, apud Raupp 2003). O caso a ser estudado, portanto, será o da agricultura familiar no município de São Mamede-PB.

### 3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a realização de coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevistas com alguns sujeitos que atuam no âmbito da agricultura familiar no município estudado. A

entrevista teve o objetivo identificar informações relevantes para um objeto de pesquisa (MINAYO, 2009).

Também foram utilizados dados secundários através de consultas em sites oficiais dos governos federal, estaduais e municipal, banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, assim como informações por meio de conversas informais com funcionários de empresas de assistência técnica regional e local.

A pesquisa documental foi feita por meio da verificação de documentos, como Manual de Crédito Rural, fornecido pelo Banco Central do Brasil, Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (exercício-2009), leis e decretos relacionados ao PRONAF, cartilha de acesso ao PRONAF (2010/2011), relação das DAP's do município pesquisado, Censo do IBGE de 2010 e 2006, assim como o histórico do município encontrado no site oficial.

O instrumento utilizado para o desenrolar da entrevista foi um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), para que ocorresse uma melhor interação entre entrevistador-entrevistado, e permitiu que os entrevistados estivessem mais à vontade para responder aos questionamentos.

Devido à importância socioeconômica e cultural da agricultura familiar na sociedade atual, e considerando que os agricultores familiares promovem formas de desenvolvimento interno para a sociedade e favorecem a economia do país, entre outras contribuições relevantes. É justificável a opção desses atores sociais para a investigação da pesquisa.

Outro grupo importante incluído no estudo foram pessoas ligadas à administração pública do município, isto é, aqueles que estão vinculados ao exercício de políticas públicas no setor da agricultura familiar. Nesse sentido, foram entrevistados o secretário da agricultura local, dois agricultores pronafianos, um agricultor não-pronafiano, e um funcionário Instituto Nordeste Cidadania, que representa o programa do Agroamigo. O quadro 2 descreve os sujeitos entrevistados na pesquisa:

<b>Cargo do Entrevistado</b>	<b>Categoria</b>
Secretário da Agricultura	Administração Pública
2 Agricultores familiares beneficiários do PRONAF	Agricultura Familiar
Agricultor familiar não-beneficiário do PRONAF	Agricultura Familiar
Representante do Agroamigo	Instituição Financeira

Quadro 2: Entrevistados e suas respectivas categorias  
Fonte: Elaborado pela autora (2013)

### 3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

No presente projeto, foi utilizada uma análise de conteúdo dos dados fornecidos pelas entrevistas e pelos documentos coletados. De acordo com Bardin (1979, apud Minayo, 2009), a análise de conteúdo é considerada um conjunto de técnicas de análise de comunicações que tem a finalidade de adquirir, indicadores, sejam eles quantitativos ou qualitativos, que sejam capazes de permitir a interpretação de mensagens fornecidas pelo entrevistado. Isso ocorre por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Trata-se de uma técnica usada para o tratamento de dados que busca a identificação daquilo que está sendo mencionado em torno de um tema específico (VERGARA, 2008). Na percepção de Lima e Olivo (2010), a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento e interpretação da comunicação oral e escrita com o objetivo de nortear a investigação formal do estudo.

Para melhor interpretação do conteúdo dessa pesquisa, foram transcritas as falas dos entrevistados, posteriormente essas falas foram categorizadas de acordo com os objetivos da pesquisa, para que houvesse uma visão mais clara de como utilizar a mensagem fornecida pelos atores selecionados para responder a problemática do estudo. Apresentando as seguintes categorias: Políticas Públicas e Agricultura Familiar; PRONAF e desenvolvimento da Agricultura Familiar.

### 3.5 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO EM ESTUDO

O município de São Mamede-PB localiza-se na região Nordeste, concentrado especificamente no médio sertão paraibano, mesorregião a Borborema, a uma distância de 276 km da capital do estado, João Pessoa – PB. Sua extensão territorial abrange uma área de 530,728 km<sup>2</sup> e conta com um número populacional de 7.748 habitantes, com uma pequena diferença nas quantidades entre sexo feminino e masculino, sendo 3.911 mulheres em detrimento do número de homens que somam 3.837, como mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010.

A atividade econômica desse município teve seu desenvolvimento baseado, inicialmente, através da agricultura, que se fundamentava no cultivo de algodão, especificamente o algodão-mocó, que na época representava 95% da produção agrícola, foi considerado o ápice da cultura algodoeira, período em que a atividade industrial do município era destacada, chegando a representar 80% do PIB local, mas infelizmente teve uma grande queda da produção de algodão, por volta dos anos 80, de caráter regional, a usina do município teve suas atividades paralisadas, atualmente, o Grupo Santana do Rio Grande do Norte iniciou um projeto para reabrir as portas da antiga algodoeira. É importante salientar que os funcionários públicos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, além dos aposentados e pensionistas do INSS tem uma significativa representação na economia local.

No município estudado, o tipo de vegetação é caracterizado pelo bioma da caatinga. Nessa localidade, é cultivado o feijão, milho, batata doce, entre outros cultivos conhecidos como “culturas de subsistência”, que até os dias atuais têm a sua parcela na economia e agricultura da cidade.

No setor pecuário, tem a produção de leite e gado de corte, no entanto sem muito destaque devido os seguidos anos de seca que assola todo semiárido do Nordeste, fato que impulsionou os criadores a priorizar a criação de ovinos, suínos e caprinos, galináceos (para produção de ovos). Mas também existe a criação de bovinos, equinos, muares e asininos.

No comércio, destacam-se os pequenos mercadinhos, farmácias e lojas. Na questão de serviços bancários, conta-se com a atuação de uma casa lotérica vinculada a Caixa Econômica, e a Agência do Banco do Brasil.

No ano de 2003, o IBGE apresentou no mapa da pobreza e desigualdade que no município em estudo encontrava-se percentualmente com incidência de pobreza em 59,44%, faltando apenas 10,44% para chegar ao limite superior da incidência de pobreza que era de 69,88%, esses dados mostram a importância da atuação de políticas públicas que possam desviar o município de chegar ao extremo da pobreza e desigualdade. Atualmente, conforme dados da Federação das Associações dos Municípios da Paraíba, o IDH-M do município é 0,646.

De acordo com os dados coletados pelo IBGE, em 2010, o município tem uma população rural de 1.819 pessoas que residem na zona rural, sendo 1.000 homens e 819 mulheres, ou seja, uma parcela mínima de aproximadamente 24% dos habitantes do município em estudo pertencem ao meio rural. Dessa população rural, no que diz respeito à proprietário individual, existem 339 estabelecimentos agropecuários em condição legal, que abrange 46.584 hectares de terra em posse legalizada.



## 4 RESULTADOS

Tendo sido esclarecida a metodologia empregada, o presente capítulo tem como objetivo descrever os resultados da análise realizada, em função dos objetivos eleitos para o este estudo. Para tanto, os resultados serão apresentados abaixo, iniciando pela apresentação do sistema e das instituições que apoiam a Agricultura familiar, seguido pelas políticas públicas para Agricultura Familiar que estão ativas no município estudado. Logo após, é explicitado o funcionamento da política pública PRONAF, bem como sua influência no desenvolvimento da agricultura familiar no município estudado.

### 4.1 O SISTEMA DE APOIO E POLÍTICAS PARA AF EXISTENTES NO MUNICÍPIO

Em relação à gestão político-administrativa voltada para o meio rural, o município conta com uma Secretaria Municipal de Agricultura, responsável pelos assuntos e aspectos que estão ligados à agropecuária. São de competência dessa Secretaria as seguintes atribuições: coordenação da política agrícola do município; a assistência e suporte aos produtores rurais; a coordenação, promoção e desenvolvimento de políticas de produção familiar de gêneros alimentícios, o desenvolvimento de atividades alternativas de renda, com o objetivo de buscar melhoria na qualidade de vida dos agricultores e seus familiares.

Além disso, à Secretaria também compete a execução de obras e serviços de infraestrutura do setor rural, o fomento a serviços e ações de extensão rural, de assistência técnica especializada e de promoção do associativismo rural; desenvolvimento de atividades, ações, projetos e programas com o apoio dos Governos Federal e Estaduais, além da parcerias com a iniciativa privada e o desenvolvimento de ações e atividades que estão voltadas à proteção e recuperação do meio ambiente.

Essas atribuições são características das ações municipais, deliberadas pelos Governos Federal e Estadual, devido à descentralização de algumas ações políticas que passaram a ser de competência do serviço público local. As ações locais, quando desempenhadas com o envolvimento das diferentes representações sociais, tem grande chance de reduzir a desigualdade social enfrentada na sociedade, e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida dos atores sociais (CAMPANHOLA; SILVA, 2003).

Através de uma entrevista com o secretário de agricultura da cidade, obtiveram-se informações que reforçam o cumprimento de algumas dessas atribuições elencadas anteriormente. Ele detalha em uma de suas falas a realização dessas atividades, dizendo:

A nível municipal tem o seguinte: tem o programa de corte de terra, é um programa aqui da prefeitura, onde a gente disponibiliza máquinas para preparo e corte de terra (...). A gente também tem uma parceria com o Governo Federal e Estadual, a questão do carro-pipa, a distribuição de ração que vem sendo feita para os pequenos produtores rurais nesse período de seca (Secretário da Agricultura do município).

No entanto, um dos agricultores entrevistados parece não confirmar totalmente essa fala do secretário, quando fala sobre o momento que precisou do serviço público local para fazer um açude em sua propriedade, conforme descrito a seguir:

Eu já fui na prefeitura, já procurei o secretário de agricultura, até agora a prefeitura não oferece trator, a prefeitura não oferece a retro (...). A prefeitura em nada me apoiou, num tem equipamento, num tem um técnico que vá lá e dê o apoio, dê as instruções, não tem esse técnico na prefeitura. (Agricultor pronafiano 2).

Esta fala entra em desacordo com o cumprimento da atribuição da Secretaria de Agricultura local em prestar assistência e suporte aos produtores rurais e executar obras e serviços de infraestrutura do setor rural.

Ao perguntar a uma agricultora sobre o apoio da prefeitura no desenvolvimento das atividades na propriedade dela, ela contou que:

Olhe, pra não dizer que não se tem apoio, tem essa verba que vem, que eu acredito que seja estadual, não é especificamente da prefeitura, pra o corte de terra, embora seja ainda muito precário, porque parece que só existe um trator e as vezes se a gente for esperar por esse corte de terra pela prefeitura se perde a oportunidade de plantar, aí tem que pagar particular. (Agricultora não-pronafiana).

Com isso, a agricultora reafirma alguns pontos das palavras do secretário, embora explicita certa insatisfação quanto à atuação do serviço da prefeitura para com os produtores rurais, tanto em relação à estrutura, quanto à tempestividade.

Os agricultores familiares podem modificar as possíveis faltas de assistência pública ao fortalecerem-se em forma de organização familiar. Buainain (2006) analisa que essa organização familiar reforça o poder de pressão dos agricultores familiares junto ao governo e a sociedade, podendo traduzir-se em benefícios, como intervenção pública, solicitação de assistência técnica, aquisição de recursos adicionais para os produtores rurais,

implantação de obras de infraestrutura básica, como por exemplo, a construção de estradas e instalações elétricas.

Os governos locais podem assumir um papel importante de coordenação e de liderança, mobilizando atores governamentais e não-governamentais e procurando estabelecer uma espécie de harmonia entre de diversos interesses e de diferentes recursos em torno de objetivos comuns. Podendo fomentar a continuidade de políticas públicas, evitando-as de serem interrompidas a cada mudança de governo. O enraizamento das políticas em um espaço público que ultrapassa o âmbito estatal reforça a possibilidade de políticas de longo prazo, com repercussões sobre a eficiência e a efetividade das políticas implantadas (FARAH, 2001).

Essa integração entre os governos municipais, para execução das políticas fundamentais também parece se refletir na quantidade de políticas à disposição do município, e aquelas que, de fato, estão em vigor atualmente.

Quanto às políticas voltadas para a agricultura familiar, a Secretaria da Agricultura Familiar do Governo Federal elenca os principais programas governamentais que servem de apoio para a agricultura familiar. São eles: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Agroindústria, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Nacional de produção e Uso de Biodiesel (PNPB), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Plano Nacional de Sociodiversidade, Política Setorial do Leite, entre outros programas (BRASIL, 2012).

Dentre as políticas acima descritas, apenas o PRONAF, o PNAE, PAA e a Política Setorial do Leite atuaram em algum momento, no município estudado. No momento presente, somente estão em pleno funcionamento o PRONAF e o PNAE. O PAA ainda não foi ativado este ano, mas está dentre os projetos da administração pública, segundo o secretário de agricultura local, que afirma:

Tem também o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos que a gente encerrou, e estamos agora preparando um novo projeto. (Secretário da Agricultura do município).

A ativação do PAA pode trazer fortalecimento para o público dos agricultores familiares locais, pois esse programa é muito importante para o desempenho da agricultura familiar e no auxílio de segurança alimentar dos menos favorecidos da sociedade. Essa importância alicerça-se na pesquisa dos autores Granziroli e Berenguer (2010), que esclarecem a função do Programa de Aquisição de Alimentos, no sentido de incentivar a

agricultura, distribuindo produtos agropecuários produzidos em seus próprios estabelecimentos rurais entre pessoas enquadradas em programas de baixa renda.

Já a Política Setorial do Leite, de acordo com as falas dos agricultores entrevistados, está desativada no momento:

Eu era do Programa do Leite do governo, que agora acabou por causa da seca. (Agricultor Pronafiano 1)

Participo do Programa do Leite, que tá desativado. (Agricultor pronafiano 2)

E ainda, um deles, lamenta pela desativação do programa, o qual, segundo ele é uma política muito importante para o desenvolvimento da sua unidade familiar, como demonstra em sua fala:

Enquanto o programa do leite da Paraíba tava ativo [sic] era venda garantida, os animais que eu comprasse eu tinha venda garantida do meu leite, hoje já não é assim, porque o programa tá parado, por motivos que ainda não foi esclarecido [sic]. A renda aumentou, porque a medida em que aumenta a produção, aumenta a renda, mas hoje como já esclareci, a renda foi lá pra baixo, por causa do leite, que foi extinto o programa do leite. (Agricultor Pronafiano 2)

No tocante ao PNAE, o secretário de agricultura da cidade diz que:

A nível federal tem os programas que já existem, por exemplo, tem o PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que diz que no mínimo 30% deve ser aquisição da agricultura familiar. O ano passado, a gente atingiu uma faixa de 40%. (Secretário da Agricultura do município).

O PNAE é outra política relevante para os agricultores e para a sociedade em geral, pois como afirma Cardoso et. al. (2002) ela tem a finalidade suprir as necessidades alimentares nas escolas de rede pública e filantrópica. A atuação do programa traz benefícios na venda da produção das famílias agricultoras, além de enriquecer o cardápio das escolas com alimentos saudáveis.

Mas essa informação da ativação do Programa não se confirma nas falas dos agricultores. Quando perguntados, eles afirmam não ter conhecimento sobre o funcionamento do PNAE em seu município, como ilustra a fala abaixo:

Eu não sei se o PNAE tá ativado. (Agricultor Pronafiano 2)

Devido à importância dessa política pública para os agricultores familiares, percebe-se que há falta de comunicação entre o governo municipal os agricultores, pois ambos, além de outros governos, devem trabalhar em parceria para a melhoria do setor, que ao se desenvolver, pode trazer um reflexo positivo para o município.

A falta de informação, o isolamento, e localização em áreas de difícil acesso por parte de alguns agricultores contribuem para a dificuldade ou até mesmo o impedimento das ações de intermediários que possam ajudar na melhoria das condições de vida de vários produtores rurais (BASTOS, 2005).

Além dessas políticas, o município recebe outros subsídios, como mostra a pessoa responsável pela secretaria de agricultura e alguns agricultores entrevistados:

A nível municipal tem o seguinte: (...) a EMATER, junto com o sindicato tá com um projeto pra mais de 42 casas e 13 reformas, e a gente (a prefeitura) tá com uma parceria com a FAMUP, vamos procurar fazer o trabalho na zona rural, com a demanda pra mais de 50 casas. A FAMUP é a Federação dos Municípios do Estado da Paraíba, então, ela agrega os municípios que são filiados a ela (...), a gente também tem uma parceria com o Governo Federal e Estadual, a questão do carro-pipa, a distribuição de ração que vem sendo feita para os pequenos produtores rurais nesse período de seca. (Secretário de Agricultura do município)

O governo manda as sementes que é [sic] distribuído na EMATER (...), também assim, que a gente considera uma ajuda do governo, é essa ração que tá vindo, é esse milho que vem da CONAB que tá dando uma ajuda, é um programa muito bom, que merece elogio. (Agricultora não-pronafiana).

Agora tem uma semente de palma que o Governo tá distribuindo, uma palma resistente, vem do Governo Federal, o Governo Federal custeia e o governo estadual distribui essa palma que ela é resistente a uma praga. (Agricultor Pronafiano 2)

Esses incentivos governamentais são importantes para que os produtores rurais sintam-se motivados a trabalhar e viver das atividades rurais, e para que se evite o êxodo rural. Dentre as políticas governamentais, a que mais se destaca na localidade estudada é o PRONAF, considerado uma política pública relevante para fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, financiando essas unidades de acordo com suas capacidades e necessidades (ANTUNES, 2010).

## 4.2 ATUAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO

Quanto ao funcionamento do PRONAF na localidade estudada, principal política pública da Agricultura Familiar dentro do município, se faz relevante, pois antes da sua atuação era mais difícil para o desenvolvimento das atividades dos pequenos agricultores familiares no município.

Para que se ter acesso a essa política é preciso preencher alguns requisitos, impostos por leis e decretos, como os devidos enquadramentos por parte dos agricultores, conforme a descrição já mencionada no decorrer da pesquisa. A priori, o agricultor precisa ser intitulado oficialmente como agricultor familiar, e ele consegue essa identidade a partir da Declaração de Aptidão ao PRONAF.

De acordo com o MDA, no ano de 2013, há no município 864 Declarações de Aptidão ao PRONAF ativas e 332 declarações desativadas, totalizando 1.196 DAPs. O que implica dizer que mais de 800 agricultores familiares estão, segundo as regras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, enquadrados em alguma linha de crédito dessa política pública.

Isto é, esses produtores rurais estão aptos a se dirigirem à EMATER e/ou às instituições financeiras oficiais, dependendo do enquadramento do agricultor, para acessar o crédito. Mas conforme informações passadas através de uma conversa com o técnico da EMATER, obteve-se a informação de que apenas cerca de 400 agricultores familiares do município demandaram pelo PRONAF, ou seja, metade desses agricultores.

No caso desse município, os produtores familiares rurais que estiverem inseridos no grupo B do PRONAF ou e alguns casos específicos do grupo variável, devem buscar os serviços do Banco do Nordeste do Brasil S/A que opera o PRONAF em parceria com o Instituto Nordeste de Cidadania, através do programa Agroamigo, que embora não tenha sede no município, disponibiliza serviços para os pronafianos.

Os agricultores pronafianos, assim como o secretário, descrevem em entrevista sobre seu acesso ao crédito:

Já fiz 3 empréstimos pelo PRONAF, o primeiro foi pela EMATER e os outros 2 foi [sic] pelo Agroamigo (...). O técnico fez o levantamento se eu tinha condições, se eu tinha como fazer o pagamento, se aquele empréstimo ia ser investido naquilo que foi requisitado. Aí ele fazia a seleção, ele fez um projeto para aquisição de animais, o primeiro eu acho que faz uns três anos, aí depois passou para o agroamigo. (Agricultor Pronafiano 2)

Pra entrar eu precisei do contrato de parceria, dos documentos meu [sic] e de minha esposa, casamento civil, documentos pessoais e a DAP. (Agricultor Pronafiano 1)

O PRONAF é o seguinte: a pessoa procura a EMATER para fazer a DAP (...). Então o agricultor interessado se dirige a EMATER, leva os documentos do casal, porque a DAP é da unidade familiar, e chegando lá o técnico da EMATER vai fazer tipo uma entrevista, de acordo com a renda, condições de emprego, os dados da família, etc. Então, essa pessoa pode ter ou não a DAP. (Secretário da Agricultura do município)

Isso remete a interpretação de que quanto ao processo de atuação do PRONAF, no que diz respeito ao acesso do mesmo, acontece no município conforme os aspectos estabelecidos nas normas do Programa. A representante do Agroamigo, ao ser entrevistada, descreveu como foi o surgimento desse programa junto aos produtores rurais familiares:

Verificou-se que a EMATER, apesar de fazer um trabalho bom, mas eles não tinham condições de estar elaborando a proposta e acompanhando essa proposta, e era aí que morava justamente o perigo, que morava a inadimplência, que antes do Agroamigo, era feito o projeto, era encaminhado ao banco, só que faltava a parte do acompanhamento, o dinheiro era entregue, era repassado ao agricultor rural pra que ele produzisse alguma coisa, só que não havia um acompanhamento, isso levava fatalmente a inadimplência (...) aí pegou esse grupo específico que é o Grupo B, que é aquele menor produtor rural, aquele que tem a renda mais baixa. (Representante do Agroamigo)

Além disso, ela detalhou a função do Agroamigo no BNB:

O papel do Agroamigo hoje no BNB é tomar conta do microcrédito rural, hoje a gente tá com dois programas específicos que é o Agroamigo Crescer, que é o projeto para os agricultores que estão enquadrados na linha B, que são os agricultores que podem fazer financiamento de até 2.500 reais no banco. (Representante do Agroamigo)

Um dos agricultores pronafianos entrevistado mostra sua perspectiva quanto ao Agroamigo:

Criaram essa empresa pra facilitar, que é mais fácil de obter essa linha de crédito é pelo Agroamigo, porque os agentes vão direto na casa do produtor, confirma que aquela pessoa é agricultor, mora na propriedade e depois vem fazer uma fiscalização pra saber se o dinheiro foi investido. (Agricultor Pronafiano 2)

A representante do Agroamigo falou também, com detalhes, sobre com se dá o processo da aquisição do crédito, fala esta que entra em concordância com um dos agricultores entrevistados:

Se tiver toda a documentação, são encaminhados ao banco aqui ao setor do Agroamigo, a gente faz uma pré-análise e encaminha ao banco, que é o principal parceiro, a gente ainda tá muito vinculado ao banco, então o banco vai fazer toda a parte de contratação, depois que essa proposta é contratada aí o agricultor vem, aí libera o crédito dele mediante a entrega das documentações que precisa pra ser feita a liberação (...), os projetos são feitos pelos assessores em campo (...) então os projetos são elaborados pelos assessores, mas em conjunto com o produtor rural, o produtor rural é que diz qual a necessidade dele. (Representante do Agroamigo)

No PRONAF, hoje eu faço diretamente com o menino do banco, ele vem direto na minha casa. Ele diz o que posso fazer com o dinheiro, aí eu vou escolher o que eu mais preciso (...) hoje os empréstimos é diretamente com o banco, já tem a pessoa de lá pra isso. (Agricultor pronafiano 1)

No que se refere à implementação de uma política pública, entende-se que é um processo no qual é feita a execução do resultado da formulação e o que foi decidido em torno dessa política (MATIAS-PERERA, 2010). Secchi (2010) salienta que é nesse momento onde as regras, rotinas e processos sociais deixam de ser apenas intenções e passam a se tornar ações. E que nessa fase da política pública é possível visualizar erros que antecedem a tomada de decisão, bem como detectar os problemas existentes.

No caso do PRONAF, desde a sua implementação, o programa já experimentou várias alterações em sua metodologia, sempre buscando melhorias sob o ponto de vista de operacionalização do Programa, bem como também propiciar maior acesso ao seu público-alvo (PESSANHA, 2012).

Dentre essas alterações, encontra-se o programa Agroamigo, esse programa surge com o ideal de melhorar o andamento do PRONAF. De acordo com Pessanha (2013) ele serve para democratizar ainda mais o crédito à parcela da população rural que não possui acesso aos serviços bancários, o que contribui na redução da exclusão social, além de servir como ferramenta voltada ao agricultor no sentido de ajudar para que os agricultores familiares saiam da zona de pobreza, permitindo aos sem capital, acesso a recursos financeiros subsidiados, de forma orientada e participativa.

#### 4.3 O PRONAF E O DESENVOLVIMENTO DA AF NO MUNICÍPIO

Para ter conhecimento se uma política pública está sendo bem desempenhada ou não, e saber se os efeitos da sua implementação em um determinado problema, faz-se



necessário que a política passe por um processo avaliativo. Essa avaliação está relacionada a um conjunto de valores e noções sobre a realidade social, e partir desses elementos é possível diferenciar uma política eficiente e eficaz de uma política que não alcança seus objetivos da melhor forma possível (MATIAS-PEREIRA, 2010). É a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política são examinados com o objetivo de tomar um melhor conhecimento do estado da política e o nível de minimização do problema que a gerou (SECCHI, 2010).

Com base na literatura de Buainain et al. (2003) mencionada nessa pesquisa, o desempenho da agricultura familiar está relacionado a fatores como disponibilidade de recursos, inserção socioeconômica, localização geográfica, oportunidades e a conjuntura econômica, instituições e valores culturais da família, do grupo social e da nação. Além disso, é necessário que haja incentivos para que os agricultores possam investir e produzir; tenham disponibilidade dos recursos tais como a terra, a água, a mão-de-obra, o capital e a tecnologia; assim como também é importante promover políticas públicas que objetivem o desenvolvimento rural.

Em relação a esses fatores, o município em estudo conta com a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, no qual participam representantes de cada associação rural, do poder executivo, do poder legislativo, igrejas, do sindicato rural dos trabalhadores, e do sindicato patronal.

É importante destacar que o município participou da elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2005. Esse plano foi promovido pelo MDA e Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no qual participaram ativamente da elaboração, o secretário de agricultura local e uma agricultora do município, que inclusive fez parte das entrevistas contidas na pesquisa.

Em relação ao seu objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura familiar com o apoio do PRONAF, o município em estudo parece obter alguns avanços, embora de forma mínima. Como mostram os dados coletados na entrevista com o secretário de agricultura da cidade, ele expõe que antes do acesso a essa política a agricultura familiar apresentava a seguinte situação:

Antigamente era o seguinte: só quem tinha direito a fazer empréstimo pra ter uma melhoria, era justamente o grande produtor rural, ele tinha facilidade, tinha avalista, tinha pessoas que tinha propriedade pra colocar como seguro daquele empréstimo (...). Se for analisar o tempo passado o pequeno produtor não tinha acesso e hoje ele tem acesso e até com condição melhor de pagar esse empréstimo. (Secretário da Agricultura do município)

Com o fortalecimento dessa política, ocorreram pequenas mudanças nas unidades familiares, como apresenta o então secretário, reforçado pelas palavras dos agricultores que passaram pelo processo de entrevista desse estudo:

Temos o caso de várias pessoas que começaram de um pequeno empréstimo, comprou uma vaca, um garrote, e que a partir de hoje já melhorou de vida, já tem uma certa quantidade de animais, com um pequeno projeto desse que foi feito na EMATER, através do PRONAF, e que hoje melhoraram seu padrão através de um projeto desse, que no passado ele não tinha essa oportunidade (...). Mudou o seu padrão de vida, deu uma certa melhora, pode adquirir um bem, etc. Se a gente for analisar teve uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas, eles passaram a ter bens que antes não tinham. (Secretário da Agricultura do município)

Melhorou, aumentou o rebanho, e no momento que aumenta o rebanho, a renda melhora um pouco (...) sempre pra quem eu pergunto que fez o PRONAF tá muito satisfeito (...). Por exemplo, pelo menos o meu vizinho que eu sei que faz, tem um que faz mais pra criação, tá sempre aumentando o rebanho deles. (Agricultor pronafiano 1)

Eu comecei numa terra que era do meu pai, era herança, hoje não foi concluído esse inventário, aí dentro da própria agricultura, fui ganhando, ganhando meu dinheiro, o rebanho foi aumentando. Eu comecei com 8 animais, eram 4 vacas, 2 garrotes e 2 garrotas, foi a minha primeira compra, aí peguei um tempo bom de inverno, peguei o gado, vendi e investi na rua, em casas, peguei as casas vendi e comprei a própria propriedade, hoje a terra que eu moro, que eu trabalho de fato é minha (...) Eu cheguei a possuir em torno de 30 animais (...) meu irmão e minha mãe melhoraram. (Agricultor Pronafiano 2)

A cartilha de acesso ao PRONAF 2010/2011, mostra que além dos benefícios puramente financeiros que o PRONAF proporciona, como taxas de juros mais baixas do sistema financeiro e bônus de adimplência, o Programa beneficia os produtores rurais familiares na obtenção de financiamento de custeio e investimento e para integralização de cotas-partes.

No que diz respeito ao custeio das atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produtos, esses créditos podem contemplar verbas para manutenção da família, aquisição de animais para a produção necessária de subsistência, obtenção de medicamentos, agasalhos, roupas e utilidades domésticas, e ainda, na construção ou reforma de instalações sanitárias.

Com relação aos créditos de investimento, podem ser financiados a criação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, na localidade rural do agricultor familiar ou em áreas comunitárias rurais próximas, mediante indicação em projeto técnico.

Já os créditos para integralização de cotas-partes podem financiar: integralização de cotas-partes dos produtores rurais familiares que estão filiados em cooperativas de produção; além de os recursos do crédito para reforçar o capital de giro, custeio ou investimento das cooperativas.

No município em estudo, diferentes entrevistados apresentam os seguintes benefícios proporcionados pelo PRONAF:

Eu acho que não tem mais condições de melhorar não, com um bônus do tamanho que tem, só se o governo der o dinheiro. (Agricultor pronafiano 1)

Por exemplo lá em casa, eu tenho o açude, que tô [sic] construindo aos meus braços, fiz um empréstimo do PRONAF, e na hora que chegar a seca eu tenho garantia de um ano para o outro, com toda certeza, e qual vai ser o benefício ? eu vou ter água pra fazer silagem, que vai me garantir uma renda melhor(...)eu vou estar prevenido, vou ter água pra produzir a silagem, vou guardar e toda certeza a qualidade de vida vai melhorar, porque eu tenho como sustentar meu rebanho e garantia de renda. (Agricultor Pronafiano 2)

A gente tem conhecimento de algumas famílias que a partir do PRONAF deram uma melhorada de vida, conseguiram comprar dois a três animais, tem gente que tá com um rebanho considerável, conseguiram perfurar poços, pois com água tem produção, conseguiram vender nesses programas federais PNAE e PAA, então isso é uma coisa que foi muito importante pra o pequeno produtor rural do município. (Secretário da Agricultura do município)

Eu requisitei uns animais de leite... (Agricultor Pronafiano 2)

É possível observar nesses comentários dos entrevistados que apesar dos benefícios já alcançados com o acesso ao PRONAF, muitas melhorias podem ser feitas nos estabelecimentos rurais, como foi exposto anteriormente sobre o beneficiamento dos agricultores, o que depende também da aplicação do crédito e da organização de cada unidade familiar.

Entretanto, a agricultora entrevistada que não tem acesso ao PRONAF salienta que para desenvolver a unidade familiar não depende somente da atuação da política pública. Ela diz que:

Depende muito da família, do tipo de organização, porque quantos deles que começaram no PRONAF B e hoje estão no PRONAF C porque a renda melhorou, o rebanho cresceu, o projeto que eles fizeram foi pra atender a demanda deles. (Agricultora não-pronafiana)

Num contexto geral sobre as mudanças ocorridas na agricultura familiar do município, houve os seguintes depoimentos de diferentes entrevistados:

A agricultura familiar se desenvolve, porque tem esses empréstimos, tem o PAA, tem o PNAE, tudo isso são fontes de renda que vem para o pequeno agricultor rural que no passado a gente não tinha esse tipo de atividade (...) hoje o pequeno produtor rural tem acesso subsidiado pelo Governo no empréstimo, paga bem menos que ele tirou, é um bônus que o Governo dá pra que ele possa pagar em dias esse empréstimo que ele contraiu, aquele que atrasar tem que pagar ele completo (...) houve mudanças, porque através do PRONAF, com esses pequenos empréstimos, o total de venda de mercadorias mudou (Secretário da Agricultura do município)

Mas muita coisa nesses 7 anos eu já vi mudar, exemplo: no passado a mulher de um pronafiano só podia fazer uma operação, hoje ela pode fazer quantas operações ela quiser, então assim, isso é um avanço, a questão da renda que aumentou, a cada ano existe mudanças que vão melhorando a qualidade de vida (...) então desde que eu entrei em março de 2006, até agora, eu sinto uma crescente enorme no programa, na vida dos agricultores, em tudo. (Representante do Agroamigo)

As mudanças é que aumenta a renda pras famílias. (Agricultor Pronafiano 2)

Diante desses comentários, percebe-se mínimas mudanças no cenário rural do município. Essas modificações no setor rural devem-se em parte à atuação do PRONAF no município, como reforçam alguns atores em suas entrevistas:

Preciso do PRONAF, é importante porque você compra animal, faz pra comprar ração pra manter aquele animal, é uma ajuda pra você que vai plantar, pra colocar uma pessoa pra ajudar na plantação, que às vezes não dá, pra plantar só a família, serve muito. (Agricultor Pronafiano 1)

É importante pelo o seguinte: porque através desses recursos do PRONAF que vem para o município a gente pode fazer com que o homem do campo permaneça no campo. (Secretário da Agricultura do município)

Tem sido muito importante, eu só acho que a minha linha de credito tá baixa. (Agricultor Pronafiano 2)

Contudo, o desenvolvimento da agricultura familiar local ainda não ganhou destaque, provavelmente devido alguns empecilhos elencados pelos entrevistados, tais como burocracia, falta de informação, resistência por parte de algum interessado, falta de organização por parte das unidades familiares, problemas de comercialização, falta de orçamento público, dificuldade de assistência técnica, ausência de atuação de outras políticas públicas que podem servir de apoio ao PRONAF, questões climáticas, dentre outros, como mostram as seguintes falas:

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, a gente tem que elaborar, não fizemos ainda, mas é uma proposta que a gente tem que executar, é uma exigência que existe e a gente ainda não atualizou essa questão do Plano (...) A dificuldade na questão de orçamento, porque a gente num tem, mas que na medida do possível a

gente vai ver se consegue elaborar (...) a gente disponibiliza uma equipe da prefeitura para auxiliar os trabalhos da EMATER, como eles não tem uma equipe de profissionais suficientes para ir até a zona rural (Secretário da Agricultura do município)

A própria resistência do agricultor em passar de uma linha de crédito mais baixa pra uma mais alta é um barreira (...). Muitas barreiras, tem a questão da comercialização. (Representante do Agroamigo)

A gente é ciente dos programas, é informado pelos técnicos, só que a burocracia é muito grande (...). Existem os técnicos, inclusive há anos atrás era um trabalho muito bonito da EMATER, que o técnico acompanhava o agricultor, o técnico ia para o campo mesmo. Saía visitando, acompanhando, orientando (...). Aí hoje não tem mais esse trabalho de campo, de fazer um trabalho de assistência social, não é assistencialismo, é assistência social pra trabalhar junto ao agricultor (Agricultora não-pronafiana)

Aí tem pessoas que pegavam o recurso pra os seus devidos fins, fazia empréstimos pra comprar vacas, garrotes, e não aplicava onde tinha que aplicar e num tinham nem como pagar, por isso a inadimplência aqui no município chegou a 80%, até os bons pagadores foram impedidos de fazer o empréstimo porque os outros não aplicavam no que era pra aplicar (...). Um obstáculo é tá preso aquele limite de crédito, poderia ser um limite maior. É um limite que você fica de mãos atadas, num pode fazer um volume de dinheiro maior que seja aplicado, que o próprio banco, a própria diretoria do PRONAF, venha e veja que o serviço foi bem feito, só libera o recurso de todo o projeto pronto e ver se é viável ou não (...). Eu não sei se o PNAE tá ativado (...). Enquanto o programa do leite da Paraíba tava ativo era venda garantida. A renda aumentou, porque a medida em que aumenta a produção, aumenta a renda, mas hoje como já esclareci, a renda foi lá pra baixo, por causa do leite, que foi extinto o programa do leite (...). Eu tenho um projeto, é um sonho que eu tô conquistando aos meus braços, que é a ampliação de um açude que tem, que vai armazenar água por 2 ou 3 anos, e aqui sem água não funciona. Mas minha linha de crédito é muito baixa. (Agricultor Pronafiano 2)

Nesta última fala, um ponto importante é citado, quando fala que muitas vezes o crédito não é aplicado como deveria, alguns agricultores desviam a finalidade do financiamento, usando-os para outros fins.

Souza Filho et. al. (2012) destaca em seus estudos esse ponto, ao considerar que esse desvio pode ocorrer por motivos de situação de insegurança alimentar da família ou mesmo por baixo nível de vida dos produtores familiares. Ele ainda coloca que os agricultores nessas situações acabam desviando os recursos que seriam utilizados para investir na sua produção, para usá-lo nos gastos de subsistência familiar.

A concessão de crédito do PRONAF indica ser um fator importante para o desenvolvimento da agricultura familiar. No entanto, é necessário que ao obter o crédito, os agricultores saibam como utilizá-lo. Para isso, é preciso o apoio da assistência técnica para capacitar e treinar esses agricultores para que eles possam executar suas atividades de forma correta (BUAINAIN et al., 2003). Também é essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar, levar em consideração os incentivos governamentais, um espaço relevante no

mercado para esse segmento rural para que esses agricultores tenham oportunidade de comercialização, e a própria consciência da família agricultora ao destinar o uso do crédito.

Os autores Granzioli e Berenguer (2010) destacaram essa realidade em outros municípios, mostrando que certos empecilhos podem dificultar o desenvolvimento das unidades familiares, tais como: a falta ou baixa qualidade da assistência; dificuldades no gerenciamento dos recursos; falta de visão sistêmica dos técnicos; falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor.

Outro fator que engessa o desenvolvimento é a inadimplência por parte de alguns agricultores que acessam o PRONAF, como foi citado na fala do agricultor pronafiano 2. Alencar (2010) considera que esse problema de inadimplência pode ocorrer devido uma série de fatores como: projetos não executados, falta de assistência técnica, ausência de acompanhamento das atividades, projetos mal elaborados, erro na seleção dos beneficiários, entre outros fatores.

Conforme a análise dessas barreiras, muito pode ser melhorado para que a agricultura familiar do município se desenvolva e contribua ativamente no desenvolvimento socioeconômico local. De acordo com as entrevistas, os agentes interessados do meio rural, sugerem as seguintes melhorias:

Deveria expandir mais (...). O pessoal ainda tem o receio, o medo de fazer empréstimos (...). Tem gente que ainda não tem transporte, alguns já dispõem de um transporte mas tem deles que ainda tem essa dificuldade de trazer essa produção até a cidade, talvez seja assim maior problema hoje (...). Se formasse uma associação mais fortalecida, partisse mais pra uma cooperativa pra fazer uma aquisição de um veículo comunitário, como eles ainda não estão nesse nível de organização, a produção é mais isolada mesmo, eles ainda ficam nessa de dependência da questão do transporte, de trazer pagando frete e também vende a atravessador, mas para resolver esse problema aí tem que resolver a questão de uma associação mais fortalecida, uma organização de uma cooperativa, coisa desse tipo (...). Precisa divulgar um pouco mais pra que outras pessoas também pudessem ter acesso ao PRONAF. A gente sempre divulga no Conselho, mas não sabe se essas informações estão chegando na comunidade, pra que a pessoa possa se interessar em fazer esse tipo de empréstimo pra melhorar a qualidade de seu rebanho de animais, perfurar poços, etc. (Secretário da Agricultura do município)

Ainda existem muitas coisas a serem feitas, mas aí depende muito dos movimentos sindicais tá trabalhando isso junto ao Governo Federal. (Representante do Agroamigo)

Era necessário que tivesse um técnico não só pra fiscalizar, porque vai fiscalizar, saber se aquele animal tá vivo, se o técnico acompanhasse para ajudar aquela família, as vezes até um grupo de cinco ou seis famílias, o que falta é essa parte aí desse acompanhamento técnico e da organização da própria família. (Agricultora não-pronafiana)

Na literatura de Souza Filho et. al. (2012), é mencionado o que trata o secretário sobre a criação de uma associação mais fortalecida organizada pelos próprios agricultores, ou a formação de uma cooperativa como meio de desenvolvimento das unidades familiares rurais. O autor coloca que o nível de organização e participação dos agricultores familiares em organizações sociais, como por exemplo, uma cooperativa ou associação afeta diretamente sobre a capacidade de produção e também nos melhores meios de utilização dos recursos.

No tocante ao problema de comercialização, como cita o secretário em sua fala, Alencar (2010) também destaca essa complexidade para os agricultores. Ela acrescenta que alguns agricultores não têm condições financeiras e nem infraestrutura para levar de forma direta o seu produto ao mercado local ou regional, e acabam vendendo sua produção a um atravessador (que compra o produto no estabelecimento do agricultor familiar) que se beneficia através dessa negociação, ao comprar os produtos a preços baixos e vendê-los a preços maiores, que não deixa de ser uma forma de explorar os agricultores familiares.

Uma das barreiras que mais se destaca nessa questão da dificuldade da agricultura familiar se desenvolver no município é natural. Devido à falta de água para irrigar a plantação, para os animais beberem e para utilização nas demais atividades da família. Nos períodos de estiagem a produção tende a decrescer, como mostra na entrevista de uma agricultora:

Quando vem 2 anos de seca, porque em 2012 a gente considerou um ano seco, em 2013 já estamos no mês de abril, aí o que é que acontece, a gente vê muito gado morrendo, quem conseguiu salvar até agora vendeu, como meu vizinho vendeu dezenove “rês”, como fala a linguagem do agricultor, por um preço que o agricultor que quem conhece diz que se chover permanente, com cinco vendas dessa pessoa que comprou paga esses dezenove. Quer dizer, há um prejuízo, o agricultor fica no nada. Tudo que ele trabalhou nos três anos consecutivos de inverno ele vê se acabar em um ano e três meses. (Agricultora não-pronafiana)

Na perspectiva dessa agricultora, se houvesse inverno todos os anos, a agricultura familiar se desenvolveria com o apoio governamental, como mostra em sua fala:

Se houvesse inverno permanente, ou se o governo quisesse, eu sei sou consciente que existe as fontes, as verbas pra o aproveitamento das águas, as cisternas, as barragens subterrâneas, hoje através da ASA tem milhares de incentivo pra aproveitamento das águas, para que o agricultor tivesse condições que pudesse com um ano e quatro meses que a gente pode considerar, se tivesse um programa no município que fosse aproveitado todas as águas dava [sic] muito bem se manter. (Agricultora não-pronafiana)

Já um agricultor familiar destaca em sua entrevista que esse problema da seca pode ser amenizado, dependendo do esforço e da organização da própria unidade familiar. Ele mostra seu próprio exemplo de tentativa de solução dessa barreira:

Por exemplo lá em casa, eu tenho o açude, na hora que chegar a seca eu tenho garantia de um ano para o outro, com toda certeza, e qual vai ser o benefício, eu vou ter água pra fazer silagem, que vai me garantir uma renda melhor, embora que esses dois anos de estiagem tenha praticamente dizimado meu rebanho, mas tenho toda certeza que ano que vem, se chover, eu vou ter umas condições melhores, eu vou estar prevenido, vou ter água pra produzir a silagem, vou guardar e toda certeza a qualidade de vida vai melhorar, porque eu tenho como sustentar meu rebanho e garantia de renda. Mais importante é saber lidar na seca, se não souber lidar na seca, pronto. Eu acho que eu não passo mais essa situação que eu passei esses dois anos, em ter que se desfazer do meu rebanho pra não ver morrer de fome, na medida que eu tô [sic] com esse açude, eu vou ter como produzir tanto fora dele, como na bacia dele, eu vou ter volume pra segurar. (Agricultor pronafiano 2)

São visões diferentes em torno do mesmo assunto que têm sua parcela de contribuição na tentativa de solucionar as dificuldades da estiagem, característica do semiárido, pois tanto o Governo como também os agricultores são os agentes responsáveis por criar alternativas que possam trazer melhoria para meio rural.

Numa conversa informal com o administrador público local, ele destaca também esse grande empecilho no desenvolvimento da agricultura familiar local, a questão da falta de água, devido ao tipo de solo impermeável do município e uma vegetação caracterizada de Caatinga. E como alternativa de solução ele falou sobre a enorme contribuição que a Transposição das Águas do Rio São Francisco possa trazer para essa região.

É importante salientar que em regiões onde o bioma da Caatinga se destaca, os recursos podem ser utilizados de forma inadequada, favorecendo o processo de desertificação e aos poucos aconteça a perda de fertilidade do solo, devido a falta de combinação entre o cultivo da terra ligadas às variações de clima e características de um solo de difícil permeabilidade (ALENCAR, 2010).

O PRONAF apresenta-se para os agricultores familiares como um viabilizador da incrementação do sistema produtivo, agregando-se valor à produção, buscando melhoria para a infraestrutura do estabelecimento e fomentando a geração de renda das unidades familiares, esses benefícios podem fazer parte da realidade dos agricultores, mediante a eficácia e efetividade dessa política pública. No entanto, a consolidação do sucesso do programa precisa superar algumas limitações, tais como: precariedade na qualidade da assistência técnica, a má utilização dos recursos do crédito, falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização, inadimplência, além das dificuldades de atuação em áreas de condições



climáticas que exigem uma atenção especial, como por exemplo, àquelas regiões onde predominantemente secas.

#### 4.4 SÍNTESE DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Para compreender a influência do PRONAF dentro do município estudado, alguns objetivos específicos foram apresentados. O primeiro deles diz respeito às políticas públicas que estão voltadas para a agricultura familiar no município em estudo. A esse respeito, constatou-se que, entre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar disponíveis atualmente, na localidade estudada estão ativas apenas o PRONAF e o PNAE, e há um projeto de ativação do PAA ainda para este ano. Nem todos os agricultores tem o conhecimento da ativação do PNAE no momento, que pode ser considerada uma falha na comunicação entre setor público local, responsável pela divulgação dos programas que estão ativos na localidade.

Além dessas políticas, foram elencadas pelo secretário de agricultura outros apoios paliativos e pontuais oferecidos aos agricultores, tais como: o programa de corte de terra, a disponibilização do carro-pipa, a distribuição de ração (pela CONAB) nos períodos de estiagem, e a construção de casas em parceria com a EMATER e a FAMUP. No entanto, alguns agricultores entrevistados lamentam pela precariedade em algumas dessas atuações que competem à esfera municipal, destacando a falta de assistência do setor público local para utilização de recursos para trabalhar na terra.

Questiona-se com isso, que essa falta de assistência não é apenas uma falha do Governo Municipal, mas também dos Governos Federal e Estaduais que deveriam por meio de suas políticas públicas voltadas para o setor, presta assistência de infraestrutura, como mostra o próprio decreto de criação do PRONAF ao descrever que essa política pode tratar de questões ligadas à instalação e melhoria da infraestrutura pública e comunitária.

Com relação ao objetivo específico que busca identificar os atores envolvidos na agricultura familiar do município em estudo, os atores sociais que envolvem o contexto rural da agricultura familiar do município, são representantes de cada associação rural, do poder executivo, do poder legislativo, da igreja, do sindicato rural dos trabalhadores, do sindicato patronal, e do Agroamigo. Ao reunirem-se através do Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural, e das reuniões das associações rurais, esses participantes obtêm informações sobre os incentivos governamentais existentes para o meio rural e as novidades sobre tudo que engloba esse setor, podem expor os problemas enfrentados na agricultura, discutir sobre a realidade da agricultura local, e propor sugestões de melhorias.

Para responder ao objetivo que está relacionado à descrição do processo de funcionamento do PRONAF no município em estudo, de acordo com as respostas dos entrevistados, quanto ao acesso ao crédito, os agricultores passam pelos critérios legais, como a exigência da obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Ao ser considerado agricultor familiar, o mesmo segue todo o processo descrito de acordo com as normas da Secretaria da Agricultura Familiar, como elaboração do projeto feito por um técnico agrícola, aprovação do projeto pelos bancos oficiais, no caso desse município conta com os serviços do Banco do Nordeste através do Instituto Nordeste Cidadania com o programa do Agroamigo para os pronafianos categorizados no grupo B e alguns casos do grupo variável, encarregados de ir diretamente ao agricultor familiar para expor as linhas de crédito, elaborar o projeto (em alguns casos) e liberar esse crédito rural se for aprovado, e posteriormente a fiscalizar se o crédito foi destinado de acordo com o projeto apresentado.

Apesar de haver a fiscalização, ainda existem casos de desvio de crédito por parte de alguns agricultores, ou seja, não utilizaram o recurso creditício conforme foi elaborado no projeto, e de acordo com as citações de alguns entrevistados, são usados para fins pessoais, o que pode ocasionar na inadimplência do agricultor, afetando o índice de inadimplência do município, o que pode comprometer o acesso ao crédito de agricultores adimplentes, devido certas restrições apresentadas nas normas do Manual do Crédito Rural disponibilizado pelo Banco Central do Brasil.

Mas para aqueles produtores que utilizaram o recurso financeiro do PRONAF de forma devida, conseguiram alguns benefícios, embora não tão significativos, tais como o aumento do rebanho, e conseqüentemente um acréscimo na renda familiar.

De acordo com o que se pode perceber nas entrevistas, o PRONAF limita-se apenas ao custeio nas plantações e aquisição de animais. E pelo o que foi analisado, isso pode ocorrer pela forte cultura rural de subsistência que prevalece no município, ou seja, o agricultor planta e adquire animais para o próprio sustento da família.

No tocante ao objetivo que fala da identificação dos fatores relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar do município analisado, observou-se que para que haja desenvolvimento, deve-se levar em consideração que alguns fatores que se relacionam à agricultura familiar estejam em processo de avanço, isto é, a questão socioeconômica, os

recursos disponíveis (terra, a água, a mão-de-obra, o capital e a tecnologia) para os agricultores desempenharem suas atividades, atendimento da assistência técnica, e eficiência na atuação de políticas públicas voltadas para o setor.

Conforme as informações oferecidas nas entrevistas, nas conversas informais com alguns atores envolvidos no meio rural, e nos dados do último Censo do IBGE, verificou-se que muito ainda pode ser feito para que haja esse avanço dos fatores, pois os agricultores reclamam da falta de assistência por parte da prefeitura e da EMATER que serve de orientação para que o agricultor ao adquirir o crédito, possa utilizá-lo da melhor forma. O secretário do município, por sua vez coloca como entrave a carência de mão-de-obra para atender a uma demanda significativa de agricultores por parte da EMATER que conta com número insuficiente de funcionários. E acrescenta falta de profissionais para elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, que ainda não tem no município, o que pode está atrapalhando muitas ações das políticas públicas.

A falta de água, no caso desse município por se localizar numa área de difícil disponibilização de água que é o semiárido, é um fator que afeta muito no desenvolvimento da agricultura familiar, mas com o auxílio de políticas públicas específicas para o semiárido, esse quadro de dificuldade pode ser mudado. Vale salientar que o Estado atualmente já colocou em pauta esse problema.

Sobre as questões socioeconômicas, existem várias associações de agricultores, mas não estão sendo fortes o suficiente para pressionar as esferas públicas a buscarem alternativas de melhorar as condições de vida e trabalho para que eles tenham condições de influenciar positivamente na economia e na sociedade como um todo.

E por fim, o objetivo específico que faz menção a relevância da atuação da política pública, PRONAF, no desenvolvimento da agricultura familiar do município, os agricultores entrevistados mostraram satisfação ao ter acesso a esse crédito rural, que serve de ajuda para a sua unidade rural. O secretário de agricultura ao ser entrevistado menciona as melhorias trazidas a partir dessa política para o meio rural.

No entanto, frente às questões anteriormente levantadas, avalia-se que há limitações da política em relação ao seu objetivo de desenvolver a agricultura familiar, já que há deficiências na articulação da esfera municipal com os agricultores, no apoio técnico a esses agricultores, o qual parece estar focado na concessão do crédito e adimplência, e na própria falta de esclarecimento dos agricultores familiares, já que alguns desviam os recursos para outros fins, ou mesmo, não possuem conhecimento sobre o que pode ser realizado, em termos de infraestrutura de longo prazo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu compreender a influência de uma política pública, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no desenvolvimento da Agricultura Familiar em um município localizado no médio sertão paraibano. Para tanto, foram realizadas entrevistas com alguns atores locais, análise de leis e decretos que correspondem ao PRONAF, entre outros documentos, a fim de obter informações sobre a realidade da atuação do Programa no município.

Diante da análise em torno dos objetivos específicos, foi possível observar que embora exista a atuação do PRONAF na localidade estudada, e que tenha melhorado alguns aspectos nas unidades familiares, o Programa influencia minimamente no desenvolvimento da agricultura familiar do município, pois como já foi exposto nos tópicos anteriores, muito ainda deve se corrigido, aperfeiçoado, e acrescentado para chegar ao que se pode chamar de desenvolvimento.

Algumas sugestões podem ser viáveis para contribuir na busca do desenvolvimento da agricultura familiar desse município. É preciso que os principais interessados, ou seja, os agricultores familiares despertem para o fortalecimento de sua categoria, formando associações mais fortes, até mesmo a criação de cooperativas para terem mais chance de comercialização no mercado. As feiras da agricultura familiar, de forma organizada e assídua, é uma boa opção para o rural faça uma excelente parceria com o meio urbano. Isso faria com que desviasse um pouco da cultura de subsistência.

Além disso, essa forma de união dos agricultores pode servir para que o Estado avalie suas políticas públicas e melhore suas implementações para fortalecer esse setor em suas necessidades específicas. E também na exigência de melhor atendimento de assistência técnica.

O poder público, por sua vez, deve questionar-se sobre o que pode ser mais oneroso: buscar meios que certamente não irão resolver permanentemente o que impede que a agricultura se desenvolva, como por exemplo, angariar gastos com carros-pipa, seguros, assistencialismo, distribuição de ração, etc. Ou, ao invés disso, aperfeiçoar a forma de atuação de políticas públicas em áreas específicas com maior dificuldade de desenvolvimento, como no caso do semiárido, investindo na inserção de tecnologias capazes de amenizar os efeitos da seca; capacitar os agricultores para uso dessas tecnologias, para o manejo do solo e de suas

atividades; além investir na educação dos agricultores para que eles possam tomar parte de seus direitos de cidadãos.

O PRONAF é uma política pública baseada na concessão de crédito que influencia a atuação da agricultura familiar. No entanto, de acordo com os dados coletados, avalia-se que a política ainda funciona de forma precária no município estudado, já que a concessão de crédito deve ser antecedida por ações que visem a capacidade de emprego desse crédito pelos agricultores, tanto no que diz respeito a condições de aperfeiçoamento e capacitação desses produtores, quanto no sentido de minimização das condições ambientais às quais estão subordinadas. E isso não é obtido a partir da implementação que se faz da política no caso presente. Dessa forma, sua influência sobre o desenvolvimento efetivo da agricultura familiar no município não teve destaque.

Este trabalho não pretendeu esgotar as discussões a partir do tema tratado. Dessa forma, a partir dessa temática, outras pesquisas podem surgir, ampliadas para outros municípios, ou utilizando-se de outras abordagens metodológicas. Além disso, são necessários também trabalhos que enfoquem diretamente as dificuldades de desenvolvimento da agricultura familiar, qual o interesse de cada agente envolvido na implementação das políticas públicas, e visando refletir sobre mais soluções para que a agricultura familiar se desenvolva de forma efetiva no Brasil e no nordeste brasileiro, a exemplo do que ocorre em outros países.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária: estudo da dimensão territorial do PPA**. Brasília: CGEE, 2006.

AGUIAR, Ronaldo Conde de. **Abrindo o pacote tecnológico**. São Paulo: Polis/CNPq, 1986. In: GEHLEN, I. **Pesquisa, tecnologia e competitividade na Agropecuária Brasileira**. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, p. 70-93, 2001.

ALENCAR, M. T. **Pronaf como Instrumento de atuação do Estado no Espaço Rural do Semiárido Piauiense**. Tese: (doutorado). Universidade Federal de Sergipe, 2010.

ALTAFIN, I. **Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. Disponível em <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20E%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>> Acesso em: 15/11/2012.

ANTUNES, M. V. M. **A Agricultura Familiar e o PRONAF no Município de Dracena-SP**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/semanas/geografia/2011/geografiaruraleagraria/TCGRA09%20-%20Maryna%20Vieira%20Martins%20Antunes%20e%20Rosangela%20Aparecida%20de%20Medeiros%20Hespanhol.pdf>> Acesso em: 15/07/2013.

ARAÚJO FILHO, J. A.; CARVALHO, F. C. Desenvolvimento Sustentado da Caatinga. In: ALVAREZ, V. H.; FONTES, L. E. F.; FONTES, M. P. F. **O solo nos grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado**. Viçosa, MG. 1996. p. 125-133.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Manual do crédito rural – MCR**. Brasília, DF, 2011.

BASTOS, F. **PRONAF B: peculiaridades de uma política de crédito no Nordeste Rural Brasileiro**. 2005. Disponível em: <[www.alasru.org/fernando%20bastos.pdf](http://www.alasru.org/fernando%20bastos.pdf)> Acesso em: 28/03/2013.

BITTENCOURT, J. M. V. **Uma Avaliação da Efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba**. Dissertação: (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. Governo Federal. Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em: 25/09/2012.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15/04/2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Política de Desenvolvimento do Brasil Rural**, 2010.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Cartilha de Acesso ao PRONAF**, 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Eixos de Ação**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/eixosdeacao>> Acesso em: 25/09/2012.

BRASIL. Ministério da Integração/SUDENE. Banco do Nordeste do Brasil/SA. **Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste 2009**. Fortaleza, 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Dimensão Tática: programas temáticos**. Disponível em <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp\\_004\\_dimensao\\_tatico\\_sociais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp_004_dimensao_tatico_sociais.pdf)> Acesso em: 02/11/2012.

BRASIL. Secretaria de Agricultura Familiar. **Programas**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>> Acesso em: 25/09/2012.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Dossiê. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 312-347, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222003000200011&lng=pt&nrm=iso&userID=-2#back6](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222003000200011&lng=pt&nrm=iso&userID=-2#back6)> Acesso em: 17/11/2012.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate**. IICA. Brasília, 2006.

CAMPANHOLA C.; SILVA, J. G. **Desenvolvimento Local e a Democratização dos Espaços Rurais**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, v.17, n.1, p.11-40, Brasília, 2000.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Texto base da palestra proferida pelo primeiro autor durante o I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável. Editora da UFSM/Pallotti, p.157-194. Santa Maria-RS, 2003.

CARDOSO, L.; FAÇANHA, L.; MARINHO, A. **Avaliação de Programas Sociais (Pnae, Pronaf, Proger): eficiência relativa e esquemas de incentivo**. Texto para Discussão Nº 859, 2002.

CARVALHO, D.; CASTRO, V. **Políticas Públicas e Instrumento de Gestão Para o Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Desenvolvimento da Universidade de Brasília, 2012.

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learn, 2011.

DRAIBE, S. M. **Avaliações de Implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. In: Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. BARREIRA, M. C. N.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). São Paulo, IEE/PUC-SP, 2001.

EMBRAPA, Pantanal, Corumbá-MS. LISITA, F. O. . **Considerações sobre a Extensão Rural no Brasil**. Artigo de Divulgação na Mídia, n. 77, p.1-3, 2005.

EMBRAPA, Teresina. OLIVEIRA, F. C.; SOUSA, V. F.; OLIVEIRA, J. O. L. **Estratégias de Desenvolvimento Rural e Alternativas Tecnológicas para a Agricultura Familiar na Região Meio-Norte**. 2008

FARAH, M. F. S. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo**. RAP. Rio de Janeiro, 2001.

FAUTH, E. **Agricultura Familiar: evolução favorável em anos recentes**. Revista FEE, 2008.

FERLIE, E. et al. **A Nova Administração Pública em Ação**. Tradução de Sara Rejane de Freitas Oliveira. Brasília: Editora Universidade de Brasília – ENAP: 1999.

FRANCA, C. **Impactos da Globalização no Nordeste do Brasil: o caso da agricultura familiar no vale do submédio são francisco, pólo da fruticultura de juazeiro/Petrolina**. Revista Opara: ciências contemporâneas aplicadas, 2013.

FREIRE, J. A. Política agrícola e sustentabilidade da agricultura familiar no Nordeste Brasileiro: anos 90. **Revista Raízes**, p.76 – 89, 1999.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZAGA, S. L. **Análise de desempenho das culturas agrícolas da Paraíba**. 2006. Edição Eletrônica. Disponível em: <[www.Eumed.net.com.br](http://www.Eumed.net.com.br)> Acesso em: 07/09/2013.

GUANZIROLI, C. **Pronaf Dez Anos Depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**, 2002.

HEIDEMANN, F. **Do Sonho do Progresso às Políticas de Desenvolvimento**. Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)/Esag, 2009.

LIMA, I. **A extensão rural a produção do conhecimento: a fundamentação científica dos planos municipais de desenvolvimento rural do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) do estado de são paulo**. Dissertação: (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

LIMA, M. C.; OLIVO, S. **Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

LOWI, T. J. **American business, public policy, case studies, and political theory**. World politics, v. 16, n. 4 p. 677-715, 1964. In: SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Florianópolis: Cengage, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, J. **A Governança Corporativa Aplicada no Setor Público Brasileiro**. AGPS, Viçosa, 2010.



MENEGETTI, Gilmar Antonio. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar**. Porto Alegre: Emater/RS, 1998. Disponível em: <[www.emater.tche.br/site/bibliotecaptbr/html/basedados/digital/art18.pdf](http://www.emater.tche.br/site/bibliotecaptbr/html/basedados/digital/art18.pdf)>. Acesso em: 08/09/2013.

MINAYO, M. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MULLER, A. L. **A construção de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar do Brasil: o caso do programa de aquisição de alimentos**. Dissertação: (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NEVES, E. B.; DOMINGUES, C. A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Centro de Estudo de Pessoal (CEP). Escola de Aperfeiçoamento de Oficinas. Rio de Janeiro, 2007.

PERUFO, T. **Ações da cooperativa sul ecológica sobre a agricultura familiar da região de pelotas-RS**. Dissertação: (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PESSANHA, C. A. **A atuação do Programa de Microcrédito Rural – AGROAMIGO: uma análise do PRONAF como política pública de fomento ao desenvolvimento rural e sua aplicação através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Itabaiana – PB**. Artigo científico. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003. p. 76-97.

RODRIGUES, M. C. **Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

SABATIER, P. A. **Top-down and botteom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis**. Journal of Public Policy, v. 6 n.1, p. 21-48, 1986. In: SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Florianópolis: Cengape, 2010.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Florianópolis: Cengape, 2010.

SILVA, S. P. **A Abordagem na Avaliação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural: uma análise dos impactos socioeconômicos do pronaf no vale do jequitimonha**. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/a-abordagem.pdf>> Acesso em: 10/11/2012.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Dossiê, Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf> > Acesso em: 30/08/2012.

SOUZA FILHO, H.; BUAINAIN, A.; GUANZIROLI, C.; BATALHA, N. **Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil**. 2012.

TEIXEIRA, E. C. **Políticas Públicas: o papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Bahia, 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)> Acesso em: 15/07/2013.

VERGARA, S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
VIEIRA, N.L. **Análise do Perfil dos Agricultores, Agricultoras e Consumidores da Feira da Agricultura Familiar no Território do Médio Sertão Paraibano**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

WANDERLEY, M. **Agricultura Familiar a Campesinato: rupturas e continuidade**. *Estudos Sociedades e Agricultura*, 2004.

## **APÊNDICE**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

## ROTEIRO DE ENTREVISTA REFERENTE AO AGRICULTOR FAMILIAR PRONAFIANO

1. Como teve acesso a essa terra onde o senhor vive e trabalha? A terra é sua e de sua família ou é de alguém com quem divide o seu plantio ou criação? Ou é assentado?
2. O senhor participa de alguma associação de agricultores?
3. Quais são suas atividades na terra, planta, cria? Quantas pessoas na família?
4. No seu trabalho como agricultor, o custeio (o dinheiro utilizado) das plantações e/ou criações de animais, é somente seu e de sua família ou o senhor recebe ou recebeu alguma ajuda do governo? Qual foi essa ajuda, como foi que o senhor a conseguiu?
5. Eu tive conhecimento de que para participar do PRONAF é preciso ter uma declaração que é tirada na EMATER, a Declaração de Aptidão ao PRONAF – a DAP – teve alguma dificuldade em tirar essa declaração?
6. E quanto ao PRONAF, houve alguma dificuldade para participar? O senhor precisou de que? A prefeitura ajudou de alguma forma para facilitar essa sua participação?
7. Quais as atividades exercidas na terra que o senhor trabalha (agropecuárias ou não agropecuárias)? Essas atividades recebem alguma ajuda do governo? O PRONAF tem sido importante para que essas atividades sejam feitas?
8. Existe algum projeto que sua família pretende desenvolver para melhorar as condições de vida e trabalho?
9. De que forma o senhor usa o apoio financeiro do PRONAF? É para custear as atividades, ou para investir em compra de máquinas e equipamentos que serão utilizados no trabalho da plantação e/ou criação de animais?
10. Depois que o senhor começou a participar do PRONAF, houve melhorias na sua produção? A renda familiar aumentou?
11. Quais os benefícios alcançados após fazer parte do PRONAF?
12. De acordo com sua experiência como agricultor familiar, melhorou algo para o sua família ou para e para outras famílias que fazem parte do PRONAF o senhor conseguiu enxergar mudanças para elas? Quais foram essas mudanças?
13. Quais as dificuldades que ainda existem para alcançar o que sua família deseja no trabalho do campo?
14. O senhor faz parte de outro programa do governo que ajude aos agricultores familiares, além do PRONAF?

15. O senhor acha que deve melhorar alguma coisa no PRONAF?
16. Pergunta: Qual o seu contato com a EMATER atualmente? Ela tem sido presente para os agricultores?

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA REFERENTE A UMA AGRICULTORA NÃO-PRONAFIANA

1. Como teve acesso a essa terra onde a senhora vive e trabalha? A terra é sua e de sua família ou é de alguém com quem divide o seu plantio ou criação? Ou é assentado?
2. A senhora participa de alguma associação de agricultores?
3. No seu trabalho como agricultora, a senhora planta e cria animais? São quantas pessoas na família? O custeio (o dinheiro utilizado) das plantações e/ou criações de animais, é somente seu e de sua família ou a senhora recebeu ou recebe alguma ajuda do governo?
4. A senhora conhece algum programa do governo que ajude os agricultores familiares? Qual?
5. A senhora sente alguma dificuldade em participar de algum programa do governo que dá apoio aos agricultores familiares? Quais são essas dificuldades?
6. A prefeitura dá alguma ajuda para que o senhor e sua família possam fazer suas atividades em sua localidade rural?
7. Sem levar em consideração o tempo da seca, existe bom desempenho em suas plantações e/ou criações de animais? Mesmo sem ajuda do governo ou da prefeitura, o senhor consegue realizar suas atividades e ainda ter aumento de produção, maior capacidade de adquirir máquinas e equipamentos para os trabalhos rurais, e ainda ter aumento na renda da família?
8. O senhor já buscou informações na prefeitura ou na EMATER para entrar em algum programa do governo que sirva de ajuda para seu grupo familiar?
9. Observando as famílias que fazem parte de algum programa do governo que ajuda os agricultores familiares, a senhora consegue ver alguma mudança, ou seja, percebe se essas famílias melhoraram suas atividades, se elas tiveram benefícios importantes depois que começaram a fazer parte de algum programa do governo?
10. No seu ponto de vista, a associação que a senhora participa, ajuda no desenvolvimento da agricultura familiar do município?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA REFERENTE AO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO ESTUDADO

1. Aqui no município, existem políticas públicas voltadas para apoiar, de alguma forma, os agricultores familiares? Quais?
2. Sabe-se que para que os agricultores familiares do município possam ter acesso à política pública, PRONAF, é importante que haja adesão por parte municipal e estadual. A administração local aderiu a essa política? Como se deu esse processo de adesão?
3. Na sua opinião, qual a importância da política pública PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar do município?
4. Qual o nível de interação entre o Governo Federal, Estadual e Municipal na atuação do PRONAF dentro do município?
5. No município, existe o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) e também o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)? Quem elabora o plano? Quem faz parte do conselho?
6. Do seu ponto de vista, O PRONAF mudou alguma coisa em relação ao desenvolvimento da agricultura familiar do município?
7. Houve mudanças no município, em termos socioeconômicos, após a inserção do PRONAF?
8. O senhor acha que algo ainda precisa ser melhorado na atuação local dessa política pública?
9. Na sua perspectiva, se não houvesse atuação do PRONAF no município, ainda assim a agricultura familiar conseguiria se desenvolver?
10. Nos períodos de estiagem, como os agricultores familiares fazem para manter suas atividades rurais?
11. Qual o nível de parceria entre a secretaria de agricultura municipal e os agricultores familiares do município? Existe interação entre as partes?
12. Como vocês fazem para manter os agricultores familiares informados sobre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar?
13. Quantos grupos de produtores rurais familiares são participantes do PRONAF no município?
14. Os grupos atuantes nessa política estão obtendo quais tipos de benefícios em suas produções?
15. Como você vê o estágio atual do desenvolvimento da agricultura familiar no município? Há barreiras? Como podem ser solucionadas?

16. Se você fosse agricultor familiar, e tivesse acesso ao Pronaf, você utilizaria? Por que?

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA REFERENTE A UM REPRESENTANTE DO PROGRAMA AGROAMIGO

1. Como surgiu o Agroamigo?
2. Qual o papel do Agroamigo no Banco do Nordeste?
3. Como o Agroamigo atua junto aos agricultores familiares do município em estudo?
4. E com os pronafianos?
5. Anualmente, quantos projetos são aceitos pelo BNB para que o agricultor familiar do município em estudo possa ter acesso às linhas de crédito do PRONAF?
6. Nos últimos anos, houve mudanças na demanda dos agricultores familiares do município em estudo, por linhas de crédito do PRONAF?
7. Você lembra de algum exemplo de agricultor beneficiário do Pronaf que mudou seu desempenho após a liberação do crédito?
8. Você percebe alguma mudança no desempenho dos grupos beneficiados em geral?
9. Você percebe alguma mudança na realidade econômica dos agricultores beneficiados?
10. Quais as barreiras existentes?

APÊNDICE B – CATEGORIZAÇÃO DAS FALAS DOS ENTREVISTADOS

Trechos de Falas	Unidades de sentido	Tema
<p>“A nível municipal tem o seguinte: tem o programa de corte de terra, é um programa aqui da prefeitura, onde a gente disponibiliza máquinas para preparo e corte de terra.” (Secretário da Agricultura do município)</p>	<p>APOIO DO GOVERNO MUNICIPAL</p>	<p><b>POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR</b></p>
<p>“ A gente também tem uma parceria com o Governo Federal e Estadual, a questão do carro-pipa, a distribuição de ração que vem sendo feita para os pequenos produtores rurais nesse período de seca.” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“participo do Programa do Leite que tá desativado. O PNAE eu me cadastrei uma vez mas nunca vendi nada pra merenda escolar, que é o PNAE, eu nunca produzi nada pra vender, eles disseram que não comprava o doce e o queijo, que não tem na merenda escolar (...). Sou beneficiado com o Garantia-Safra” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“para ter o Garantia-Safra, programa do Governo Federal, é uma parceria, o Governo Federal abre uma parceria com o Governo do Estado, em seguida com o município. Cada município tem que fazer esse tipo de adesão” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“Existe uma boa comunicação entre os governos, porque é uma parceria e essa parceria ela tem que tá todo mundo dando a sua parcela de contribuição. A EMATER coloca os técnicos pra preparar as DAPs, fazer acompanhamento, a gente que tá sempre trabalhando em parceria com a EMATER, temos o convênio, temos contratos pra que possa também atender o pequeno produtor rural.” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“O governo manda as sementes que é distribuído na EMATER” (Agricultora não-pronafiana)</p>	<p>PARCERIA DO GOVERNO MUNICIPAL COM OS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL</p>	
<p>“o Agroamigo ele surgiu há mais ou menos 10 anos atrás, na verdade o Agroamigo é um segmento do Credamigo. Na verdade a gente não é do Banco, a gente é do Instituto Nordeste de Cidadania, que é uma Oscip...” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“então pensaram: por que não fazer programa semelhante ao Credamigo, e que possa tá melhorando a qualidade de vida dos produtores rurais, e aí foi que nasceu o Agroamigo...” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“O Agroamigo ele surgiu na verdade dessa necessidade de tá realizando financiamento com os agricultores com a máxima qualidade possível.” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“no PRONAF, hoje eu faço diretamente com o menino do banco, ele vem direto na minha casa. Ele diz o que posso fazer com o dinheiro, aí eu vou escolher o que eu mais preciso...” (Agricultor pronafiano 1)</p> <p>“hoje os empréstimos é diretamente com o banco, já tem a pessoa de lá pra isso.” (Agricultor Pronafiano 1)</p> <p>“ já fiz 3 empréstimos pelo PRONAF, o primeiro foi pela EMATER e os outros 2 foi pelo Agroamigo (...). O técnico fez o levantamento se eu tinha condições, se eu tinha como fazer o pagamento, se aquele empréstimo ia ser investido naquilo que foi requisitado. Aí ele fazia a seleção, ele fez um projeto para aquisição de animais, o primeiro eu</p>	<p>PARCERIA COM OS AGENTES FINANCEIROS</p>	



<p>acho que faz uns três anos, aí depois passou para o agroamigo, criaram essa empresa pra facilitar, que é mais fácil de obter essa linha de crédito é pelo Agroamigo, porque os agentes vão direto na casa do produtor, confirma que aquela pessoa é agricultor, mora na propriedade e depois vem fazer uma fiscalização pra saber se o dinheiro foi investido.” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“Há pouco tempo, vieram ver se eu tinha construído o barreiro, o pessoal do BNB, chegou lá e viu que eu tinha aplicado, tinha aplicado até mais do que era pra aplicar.” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“o Agroamigo Mais (...)gente começou a trabalhar efetivamente com ele esse ano, que são para aqueles agricultores que estão enquadrados na linha V, que é o PRONAF Variável, créditos de até 15.000 reais, passou disso aí a gente ainda não toma conta...” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“Temos assessores de microcrédito rural, esse assessor é um representante tanto do Instituto e como também do banco, o principal parceiro, então esse assessor vai até o município, ele realiza palestras informativas que reúne um grupo de pessoas de agricultores de parceiros e aí ele explica o que é o Instituto, o que é o banco, mostra um pouco da nossa visão, nossa missão quanto empresa, fala para os agricultores o que pode e o que não pode ser financiado pelo banco, pelo Agroamigo, fala as condições do crédito, quais são os descontos, quais são as formas de pagamento, mostra a importância de pagar esses financiamentos em dia, que é muito importante, dá correta aplicação do crédito (...) esclarece quais os documentos são necessários para que o agricultor possa fazer essa DAP, aonde conseguir esses documentos, e aí depois que é feita essa palestra, se levanta um dado número de pessoas que se interessam em fazer esse financiamento e aí é marcada uma visita até a casa do cliente, ou até a associação que ele mora, aí é coletada essas propostas, depois a gente faz visita a uma porcentagem” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“se tiver toda a documentação, são encaminhados ao banco aqui ao setor do Agroamigo, a gente faz uma pré análise e encaminha ao banco, que é o principal parceiro, a gente ainda tá muito vinculado ao banco, então o banco vai fazer toda a parte de contratação, depois que essa proposta é contratada aí o agricultor vem, aí libera o crédito dele mediante a entrega das documentações que precisa pra ser feita a liberação...” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“Os projetos são feitos pelos assessores em campo (...) então os projetos são elaborados pelos assessores, mas em conjunto com o produtor rural, o produtor rural é que diz qual a necessidade dele” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“Depois do Agroamigo aumentou a demanda, bastante.” (Representante do Agroamigo)</p>		
<p>“temos também o PRONAF, que o pessoal faz os empréstimos, faz os projetos na EMATER para a aquisição de animais, perfuração de poços, etc” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“A nível federal, tem os programas que já existem, por exemplo, tem o PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“Tem também o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos que a gente encerrou, e estamos agora preparando um novo projeto”</p>	<p>APOIO FEDERAL E/OU ESTADUAL</p>	

<p>(Secretário da Agricultura do município)  “também assim, que a gente considera uma ajuda do governo, é essa ração que tá vindo, é esse milho que vem da CONAB que tá dando uma ajuda, é um programa muito bom, que merece elogio”  (Agricultora não-pronafiana)</p> <p>“eu era do Programa do Leite do governo, que agora acabou por causa da seca.” (Agricultor Pronafiano)</p> <p>“agora tem uma semente de palma que o Governo tá distribuindo, uma palma resistente, vem do Governo Federal, o Governo Federal custeia e o governo estadual distribui essa palma que ela é resistente a uma praga...” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“aí depois passou para o agroamigo, criaram essa empresa pra facilitar, que é mais fácil de obter essa linha de crédito é pelo Agroamigo, porque os agentes vão direto na casa do produtor, confirma que aquela pessoa é agricultor, mora na propriedade e depois vem fazer uma fiscalização pra saber se o dinheiro foi investido.” (Agricultor Pronafiano 2)</p>		
<p>“A EMATER, junto com o sindicato tá com um projeto pra mais de 42 casas e 13 reformas, e a gente (a prefeitura) tá com uma parceria com a FAMUP, vamos procurar fazer o trabalho na zona rural, com a demanda pra mais de 50 casas. A FAMUP é a Federação dos Municípios do Estado da Paraíba, então, ela agrega os municípios que são filiados a ela” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“única linha de crédito que foi custeada na minha propriedade foi o PRONAF. Eu consegui no começo pela EMATER, a EMATER foi intermediária...” (Agricultor Pronafiano 2)</p>	<b>PARCERIA DOS  AGRICULTORES COM O  GOVERNO ESTADUAL</b>	
<p>“Preciso do PRONAF, é importante porque você compra animal, faz pra comprar ração pra manter aquele animal, é uma ajuda pra você que vai plantar, pra colocar uma pessoa pra ajudar na plantação, que às vezes não dá, pra plantar só a família, serve muito.” (Agricultor Pronafiano)</p> <p>“É importante pelo o seguinte: porque através desses recursos do PRONAF que vem para o município a gente pode fazer com que o homem do campo permaneça no campo” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“tem sido muito importante, eu só acho que a minha linha de credito tá baixa...” (Agricultor Pronafiano 2)</p>	<b>IMPORTÂNCIA DA  POLÍTICA PÚBLICA:  PRONAF</b>	
<p>“Pra entrar eu precisei do contrato de parceria, dos documentos meu e de minha esposa, casamento civil, documentos pessoais e a DAP.”(Agricultor Pronafiano1)</p> <p>“o PRONAF, hoje eu faço diretamente com o menino do banco, ele vem direto na minha casa. Ele diz o que posso fazer com o dinheiro, aí eu vou escolher o que eu mais preciso” (Agricultor pronafiano 1)</p> <p>“O PRONAF é o seguinte: a pessoa procura a EMATER para fazer a DAP (...). Então o agricultor interessado se dirige a EMATER, leva os documentos do casal (porque a DAP é da unidade familiar), e chegando lá o técnico da EMATER vai fazer tipo uma entrevista, de acordo com a renda, condições de emprego, os dados da família, etc. então essa pessoa pode ter ou não a DAP.” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“Para ter o PRONAF tem que ter adesão” (Secretário da Agricultura</p>	<b>COMO TER ACESSO AO  PRONAF</b>	<b>PRONAF</b>

do município)		
<p>“Verificou-se que a EMATER, apesar de fazer um trabalho bom, mas eles não tinham condições de estar elaborando a proposta e acompanhando essa proposta, e era aí que morava justamente o perigo, que morava a inadimplência, que antes do Agroamigo, era feito o projeto, era encaminhado ao banco, só que faltava a parte do acompanhamento, o dinheiro era entregue, era repassado ao agricultor rural pra que ele produzisse alguma coisa, só que não havia um acompanhamento, isso levava fatalmente a inadimplência (...)aí pegou esse grupo específico que é o Grupo B, que é aquele menor produtor rural, aquele que tem a renda mais baixa” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“o papel do Agroamigo hoje no BNB é tomar conta do microcrédito rural, hoje a gente tá com dois programas específicos que é o Agramigo Crescer, que é o projeto para os agricultores que estão enquadrados na linha B, que são os agricultores que podem fazer financiamento de até 2.500 reais no banco...”(Representante do Agroamigo)</p> <p>“São Mamede é um município que a gente tem muito pronafiano, muito pronafiano B, muito. Mas existe também uma questão de inadimplência, cerca de 20, 30 projetos por mês de São Mamede geralmente aparece por aqui, os que tiverem aptos pra ser contratados a gente contrata...” (Representante do Agroamigo)</p>	PRONAF B	
<p>“O PRONAF a gente não participa porque quem trabalha na agricultura, quem administra é eu e meu irmão, mas aí ele não tem acesso porque a esposa dele é funcionária pública e agricultora que trabalha no sítio, cuida junto com a gente, mas por conta disso, ele não é reconhecido como agricultor familiar, que eu acho uma falha” (Agricultor não-pronafiano)</p> <p>“Eu não posso fazer o PRONAF porque eu sou aposentada como professora, eu tenho vínculo com a terra, trabalho na terra, mas aí, vamos dizer assim, oficialmente não sou reconhecida porque há anos atrás eu exercia a função de professora. (...) Faz treze anos que eu me aposentei como professora, (...) mas ainda não consegui essa legalização.” (Agricultor não-pronafiano)</p> <p>“então tem os critérios, nem todo mundo tem o enquadramento, tem questões de salários, são vários os critérios para poder ter o enquadramento e ter direito a uma DAP ...” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“A primeira linha não foi tão fácil, a dificuldade foi porque eu morava na rua e me transferi para o campo aí e eles não acreditavam que eu era produtor...” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“se a pessoa agricultor vive insistindo em trabalhar na terra, então simplesmente porque tem uma filha que é funcionária professora ou uma esposa que é professora, então esse perde a identidade como agricultor, ele (irmão) é agricultor de verdade, mas pras entidades governamentais não é reconhecido como agricultor da agricultura familiar, o que eu acho uma injustiça muita grande, porque a pessoa trabalha na terra, nunca exerceu outro emprego, nunca morou um dia na cidade, vive exclusivamente da agricultura e não é reconhecido como agricultor familiar por causa disso.” (Agricultora não-pronafiana)</p>	DIFICULDADES DE ACESSAR O PRONAF	
<p>“Eu participo do PRONAF B que dá direito a 2.500,00 reais, eu pago em 6 anos, tem 2 anos de carência, tem o bônus de quase 1.000,00,</p>		

<p>tiro 2.500,00 e pago 1.500,00” (Agricultor pronafiano)</p> <p>“eu acho que não tem mais condições de melhorar não, com um bônus do tamanho que tem, só se o governo der o dinheiro” (Agricultor pronafiano)</p> <p>“Por exemplo lá em casa, eu tenho o açude, na hora que chegar a seca eu tenho garantia de um ano para o outro, com toda certeza, e qual vai ser o benefício ? eu vou ter água pra fazer silagem, que vai me garantir uma renda melhor(...)eu vou estar prevenido, vou ter água pra produzir a silagem, vou guardar e toda certeza a qualidade de vida vai melhorar, porque eu tenho como sustentar meu rebanho e garantia de renda. Mais importante é saber lidar na seca” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“ele deu um passo muito importante, houve um crescimento, houve uma melhoria muito grande porque a gente tem conhecimento de algumas famílias que a partir do PRONAF deram uma melhorada de vida, conseguiram comprar dois a três animais, tem gente que tá com um rebanho considerável, conseguiram perfurar poços, pois com água tem produção, conseguiram vender nesses programas federais PNAE e PAA, então isso é uma coisa que foi muito importante pra o pequeno produtor rural do município.” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“Teve melhoria, porque eu requisitei uns animais de leite...” (Agricultor Pronafiano 2)</p>	<p>BENEFÍCIOS</p>	
<p>“Deveria expandir mais (...). O pessoal ainda tem o receio, o medo de fazer empréstimos” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“tô numa linha de crédito B, é o PRONAF B, eles dizem tenho portaria pra o variável, que é uma linha de crédito mais alta, mas se eu for pra variável eu perco muitas conquistas, como o bolsa renda eu vou ser prejudicado...” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“precisa divulgar um pouco mais pra que outras pessoas também pudessem ter acesso ao PRONAF. A gente sempre divulga no Conselho, mas não sabe se essas informações estão chegando na comunidade, pra que a pessoa possa se interessar em fazer esse tipo de empréstimo pra melhorar a qualidade de seu rebanho de animais, perfurar poços, etc.” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“ ainda existem muitas coisas a serem feitas, mas aí depende muito dos movimentos sindicais tá trabalhando isso junto ao Governo Federal...” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“tem gente que ainda não tem transporte, alguns já dispõem de um transporte mas tem deles que ainda tem essa dificuldade de trazer essa produção até a cidade, talvez seja assim maior problema hoje” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“se formasse uma associação mais fortalecida, partisse mais pra uma cooperativa pra fazer uma aquisição de um veículo comunitário, como eles ainda não estão nesse nível de organização, a produção é mais isolada mesmo, eles ainda ficam nessa de dependência da questão do transporte, de trazer pagando frete e também vende a “atravessador”, mas para resolver esse problema aí tem que resolver a questão de uma associação mais fortalecida, uma organização de uma cooperativa, coisa desse tipo. (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“era necessário que tivesse um técnico não só pra fiscalizar, porque</p>	<p>O QUE DEVE SER MELHORADO</p>	

<p>vai fiscalizar, saber se aquele animal tá vivo, se o técnico acompanhasse para ajudar aquela família, as vezes até um grupo de cinco ou seis famílias, o que falta é essa parte aí desse acompanhamento técnico e da organização da própria família.” (Agricultora não-pronafiana)</p>		
<p>“antigamente era o seguinte: só quem tinha direito a fazer empréstimo pra ter uma melhoria, era justamente o grande produtor rural, ele tinha facilidade, tinha avalista, tinha pessoas que tinha propriedade pra colocar como seguro daquele empréstimo” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“Se for analisar o tempo passado o pequeno produtor não tinha acesso e hoje ele tem acesso e até com condição melhor de pagar esse empréstimo” (Secretário da Agricultura do município)</p>	<p><b>ANTES DA ATUAÇÃO DO PRONAF</b></p>	
<p>“melhorou, aumentou o rebanho, e no momento que aumenta o rebanho, a renda melhora um pouco” (Agricultor pronafiano)</p> <p>“sempre pra quem eu pergunto que fez o PRONAF tá muito satisfeito (...). Por exemplo, pelo menos o meu vizinho que eu sei que faz, tem um que faz mais pra criação, tá sempre aumentando o rebanho deles.” (Agricultor pronafiano)</p> <p>“temos o caso de várias pessoas que começaram de um pequeno empréstimo, comprou uma vaca, um garrote, e que a partir de hoje já melhorou de vida, já tem uma certa quantidade de animais, com um pequeno projeto desse que foi feito na EMATER, através do PRONAF, e que hoje melhoraram seu padrão através de um projeto desse, que no passado ele não tinha essa oportunidade” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“Eu comecei numa terra que era do meu pai, era herança, hoje não foi concluído esse inventário, aí dentro da própria agricultura, fui ganhando, ganhando meu dinheiro, o rebanho foi aumentando. Eu comecei com 8 animais, eram 4 vacas, 2 garrotes e 2 garrotas, foi a minha primeira compra, aí peguei um tempo bom de inverno, peguei o gado, vendi e investi na rua, em casas, peguei as casas vendi e comprei a própria propriedade, hoje a terra que eu moro, que eu trabalho de fato é minha (...) Eu cheguei a possuir em torno de 30 animais” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“melhorou, meu irmão e minha mãe melhoraram...”(Agricultor pronafiano 2)</p> <p>“Depende muito da família, do tipo de organização, porque quantos deles que começaram no PRONAF B e hoje estão no PRONAF C porque a renda melhorou, o rebanho cresceu, o projeto que eles fizeram foi pra atender a demanda deles.” (Agricultora não-pronafiana)</p> <p>“mudou o seu padrão de vida, deu uma certa melhora, pode adquirir um bem, etc. Se a gente for analisar teve uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas, eles passaram a ter bens que antes não tinham.” (Secretário da Agricultura do município)</p>	<p><b>MUDANÇAS NA UNIDADE FAMILIAR APÓS DA ATUAÇÃO DO PRONAF</b></p>	<p><b>DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b></p>
<p>“O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, a gente tem que elaborar, não fizemos ainda, mas é uma proposta que a gente tem que executar, é uma exigência que existe e a gente ainda não atualizou essa questão do Plano (...) A dificuldade na questão de orçamento, porque a gente num tem, mas que na medida do possível a gente vai ver se consegue elaborar” (Secretário da Agricultura do município)</p>	<p><b>EMPECILHOS NO DESENVOLVIMENTO</b></p>	

<p>“A própria resistência do agricultor em passar de um linha de crédito mais baixa pra uma mais alta é um barreira (...) Muitas barreiras, tem a questão da comercialização.” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“eu tenho um projeto, é um sonho que eu tô conquistando aos meus braços, que é a ampliação de um açude que tem, que vai armazenar água por 2 ou 3 anos, e aqui sem água não funciona. Mas minha linha de crédito é muito baixa...” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“Eu já fui na prefeitura, já procurei o secretário de agricultura, até agora a prefeitura não oferece trator, a prefeitura não oferece a retro (...).Mas a prefeitura em nada me apoiou, num tem equipamento” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“A gente é ciente dos programas, é informado pelos técnicos, só que a burocracia é muito grande” (Agricultora não-pronafiana)</p> <p>“Existem os técnicos, inclusive há anos atrás era um trabalho muito bonito da EMATER, que o técnico acompanhava o agricultor, o técnico ia para o campo mesmo. Saía visitando, acompanhando, orientando (...)Aí hoje não tem mais esse trabalho de campo, de fazer um trabalho de assistência social, não é assistencialismo, é assistência social pra trabalhar junto ao agricultor” (Agricultora não-pronafiana)</p> <p>“aí tem pessoas que pegavam o recurso pra os seus devidos fins, fazia empréstimos pra comprar vacas, garrotes, e não aplicava onde tinha que aplicar e num tinham nem como pagar, por isso a inadimplência aqui no município chegou a 80%, até os bons pagadores foram impedidos de fazer o empréstimo porque os outros não aplicavam no que era pra aplicar...” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“Um obstáculo é tá preso aquele limite de crédito, poderia ser um limite maior. É um limite que você fica de mãos atadas, num pode fazer um volume de dinheiro maior que seja aplicado, que o próprio banco, a própria diretoria do PRONAF, venha e veja que o serviço foi bem feito, só libera o recurso de todo o projeto pronto e ver se é viável ou não...” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“eu não sei se o PNAE tá ativado...” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“enquanto o programa do leite da Paraíba tava ativo era venda garantida, os animais que eu comprasse eu tinha venda garantida no meio leite, hoje já não é assim, porque o programa tá parado, por motivos que ainda não foi esclarecido. A renda aumentou, porque a medida em que aumenta a produção, aumenta a renda, mas hoje como já esclareci, a renda foi lá pra baixo, por causa do leite, que foi extinto o programa do leite...” (Agricultor Pronafiano 2)</p>		
<p>“A agricultura familiar se desenvolve, porque tem esses empréstimos, tem o PAA, tem o PNAE, tudo isso são fontes de renda que vem para o pequeno agricultor rural que no passado a gente não tinha esse tipo de atividade” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“hoje o pequeno produtor rural tem acesso subsidiado pelo Governo no empréstimo, paga bem menos que ele tirou, é um bônus que o Governo dá pra que ele possa pagar em dias esse empréstimo que ele contraiu, aquele que atrasar tem que pagar ele completo” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“Houve mudanças, porque através do PRONAF, com esses pequenos empréstimos, o total de venda de mercadorias mudou” (Secretário da Agricultura do município)</p>	<p>MUDANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR</p>	

<p>“mas muita coisa nesses 7 anos eu já vi mudar, exemplo: no passado a mulher de um pronafiano só podia fazer uma operação, hoje ela pode fazer quantas operações ela quiser, então assim, isso é um avanço, a questão da renda que aumentou, a cada ano existe mudanças que vão melhorando a qualidade de vida...” (Representante do Agroamigo)</p> <p>“As mudanças é que aumenta a renda pras famílias, o PRONAF acho que é fundamental pra agricultura desde que tenha um acompanhamento, se não tiver acompanhamento, de um técnico, alguém do banco ou alguém da EMATER, alguém que fiscalize...” (Agricultor Pronafiano 2)</p> <p>“eu estou há sete anos no programa, fez esse ano, então desde que eu entrei em março de 2006, até agora, eu sinto uma crescente enorme no programa, na vida dos agricultores, em tudo.” (Representante do Agroamigo)</p>		
<p>“se não tivesse a presença do PRONAF, eles iam permanecer (no campo), mas com mais dificuldade, sem ter assim a quem recorrer no momento de uma seca, perfurar um poço, comprar um animal melhor pra dá uma melhorada no seu rebanho. Então, o PRONAF vem justamente pra que possa fazer essa ajuda no momento que o pequeno produtor necessita” (Secretário da Agricultura do município)</p> <p>“Havendo inverno a gente consegue (...) em 3 anos favorável de inverno, o agricultor consegue se equilibrar, criar o suficiente para ele ter uma renda favorável, através da criação, porque hoje se tem muita facilidade, nos dias de hoje se chover e tiver uma boa pastagem a gente pode aproveitar o feno que aproveita toda pastagem daquela plantação, a palha do milho, a rama do feijão, tudo que nasce qualquer pastagem que nasce no roçado a gente aproveita e faz o feno.” (Agricultora não-pronafiana)</p> <p>“se houvesse inverno permanente, ou se o governo quisesse, eu sei sou consciente que existe as fontes, as verbas pra o aproveitamento das águas, as cisternas, as barragens subterrâneas, hoje através da ASA tem milhares de incentivo pra aproveitamento das águas, para que o agricultor tivesse condições que pudesse com um ano e quatro meses que a gente pode considerar, se tivesse um programa no município que fosse aproveitado todas as águas dava muito bem se manter.” (Agricultora não-pronafiana)</p> <p>“no tempo bom de inverno, com o aumento da produção, aumenta a renda, porque com o que sobra da família, sempre vende, e o milho da produção para o alimento dos animais, já consegue o milho. Nós temos forrageira comprada com recurso próprio, porque aí ajuda muito. Inclusive essa forrageira, todos os vizinhos usa essa forrageira, mas meu irmão comprou com recurso próprio. Quando não consegue comprar com recursos próprios, se junta na associação.” (Agricultora não-pronafiana)</p> <p>“A nossa associação ajuda no desenvolvimento, inclusive nós temos muitos programas desenvolvidos, muitos projetos de desenvolvimento no município, nós temos um viveiro agroflorestal que era pra ser feito plantio de mudas, plantas naturais da caatinga (favela, catingueira, angico).” (Agricultora não-pronafiana)</p>	<p>DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR SEM O PRONAF</p>	